(Texto com revisão final.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o processo SEI nº 234.00038/2023-15, de autoria do Ver. Giovani Culau e Coletivo, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação no evento 13ª Bienal da União Nacional dos Estudantes - UNE, no Rio de Janeiro, no período de 2 a 7 de fevereiro de 2023.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Convidamos a Ver.ª Lourdes Sprenger para entregar a placa comemorativa alusiva ao transcurso dos 250 anos da Câmara Municipal de Vereadores ao Ver. João Bosco Vaz, lembrando que todos os vereadores, por ordem cronológica, estarão recebendo também essa placa comemorativa.

(Procede-se à entrega da placa.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.ª Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde a todos, colegas vereadores e vereadoras, Presidente, assessoria, diretor legislativo; ocupo esta tribuna hoje, com muita honra, como a Procuradora Especial da Mulher da Câmara Municipal de Porto Alegre, como uma das quatro Presidentes que o Legislativo porto-alegrense teve em 249 anos de história. Como uma representante da política feminina, dou as boas-vindas ao mês de março, que hoje inicia e é indiscutivelmente o mês da mulher, pois nele temos o Dia Internacional da Mulher. As manifestações dessa importante data por todo mundo dão mais visibilidade às realidades e particulares que atingem a população feminina como um todo. Preconceito, supressão de direitos conquistados e a violência contra a

mulher precisam ser olhados sempre com muita atenção e ainda com mais atenção quando vemos o número crescente de feminicídios no Brasil e no Rio Grande do Sul. Por exemplo, quando parlamentares, juízas, policiais, jornalistas, motoristas de aplicativo, ou em qualquer que seja a profissão e a condição, são tratadas com diferença em nossa sociedade. Nós, vereadoras da capital desta Casa, por meio dos nossos mandatos, combatemos a desigualdade num meio, por tradição, predominantemente masculino; basta a gente parar e olhar para ver o número de parlamentares que tem nas câmaras municipais, na Assembleia Legislativa, na Câmara Federal e no Senado. Nós temos que fazer o nosso papel, a transformação desse quadro, o que vem acontecendo mesmo que ainda seja de forma muito acanhada. Na minha vivência, partindo da política, me orgulho de ver que a sociedade não seria a mesma sem o protagonismo e a força diária da mulher, dentro e fora de casa, na sua família, no mercado de trabalho e também nos parlamentos. Informo a todos que, na semana que vem, teremos uma programação de atos e eventos para lembrar o Dia Internacional da Mulher aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre e seria muito bom contar com a participação de todos, inclusive com a participação dos vereadores, dos funcionários, dos assessores, dos homens desta Casa para prestigiarem a programação do Dia Internacional da Mulher. Muito obrigada. (Palmas.)
(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver.ª Mônica Leal, que está empenhada com o trabalho da semana que vem, das mulheres. O Ver. Gilson Padeiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): Boa tarde, Presidente Hamilton Sossmeier, boa tarde, vereadores e vereadoras, todos que nos assistem nas galerias e, em especial, à Sofia, minha sobrinha que veio prestigiar os nossos trabalhos aqui na Câmara de Vereadores. Ela é uma menina de 13 anos que acompanha a TVCâmara, vê tudo o que passa dentro desta Casa. Então um beijo no coração, é muito bom estar aqui.

Hoje eu trago três informações importantes desta Casa. Uma é sobre o nosso representante, do PSDB, no Plano Diretor. A nossa bancada se reuniu hoje e chegamos a um acordo: o Ver. Ramiro Rosário será o nosso representante. E também o nosso vice-líder da bancada passa a ser - eu continuo como líder este ano - o Marcelo Conselheiro, ele é o nosso vice-líder.

Passamos por uma coisa muito triste, nesta Casa, aqui ontem, quando estávamos debatendo o *impeachment* do Presidente Lula. Eu acho que... Jonas, Oliboni, Cecchim, todos os vereadores aí, se puderem prestar um pouquinho de atenção é importante, porque é constrangedor. A UOL publicou, ontem à noite, uma matéria dizendo que o Ver. Gilson Padeiro e o Ver. Marcelo Bernardi apoiaram e votaram a favor do *impeachment* que foi tratado aqui nesta Casa. Isso é uma mentira, eu e o Marcelo, a gente não votou. A nossa imprensa fazendo isso, de ontem até hoje, às 10 horas da manhã, passou mentiras nas redes. Presidente, isso é constrangedor, isso é repugnante, eu repudio uma situação dessa. Eu quero deixar bem claro, em nome do nosso mandato, que nós nos preocupamos muito é com os interesses da cidade. A partir de hoje, eu não voto moção de repúdio nem moção de solidariedade, a gente não pode perder tempo. Uns 15 dias atrás, levaram 9 horas para cassar uma vereadora em Santa Catarina, e aqui a Câmara estava preocupada em subir à tribuna, ficou 3 horas debatendo aquilo ali, que já estava consolidado. Gente, nós temos que nos preocupar é com nossa cidade, tem muita gente precisando que os vereadores tenham atitude e comecem a pensar no bem do próximo. Um abraço a todos e muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, Presidente Hamilton, vereadores, vereadoras, público que assiste à TVCâmara, as pessoas que vieram aqui assistir presencialmente à sessão; em nome do PSOL, eu queria abordar basicamente dois assuntos. Eles estão ligados, não necessariamente

são os mesmos, mas o primeiro deles: a gente acompanhou pela imprensa, acho que foi ontem, inclusive, no próprio Jornal Nacional, o fato que foi descoberto a partir da denúncia dos próprios trabalhadores que conseguiram fugir da organização criminosa que se montou em Bento Gonçalves e produziu esse quadro trágico, em que 200 trabalhadores e trabalhadoras estavam vivendo numa condição de trabalho análogo à escravidão. Isso envolve vinícolas – não são todas as vinícolas, evidentemente que não são todas –, há o envolvimento de três grandes vinícolas com prestígio aqui, sobretudo na burguesia gaúcha, três vinícolas importantes: Aurora, Salton e Garibaldi. Elas utilizaram esse tipo de mecanismo de superexploração a tal ponto que colocavam 200 trabalhadores e trabalhadoras numa condição análoga à escravidão, portanto cometendo esse crime que horroriza o País e envergonha quem é gaúcho – inclusive muitos trabalhadores e trabalhadoras da serra. Se não bastasse isso, e é sobre isso que eu quero falar especificamente, porque o tema ligado às vinícolas tem sido abordado e certamente vai haver investigação, e espero que punição, vi que tem uma proposta do Ministério Público de multa muito baixa e de indenização aos trabalhadores, o que é realmente uma vergonha, é inaceitável, o Pedro Ruas, como advogado trabalhista sabe muito bem disso, mas nós tivemos ainda, apesar disso tudo, desse escândalo, esse vereador, Sandro Fantinel, um vereador que se declara bolsonarista, um radical defensor do ex-presidente Bolsonaro – acho que o partido dele é o Patriota –, que utilizou a tribuna da Câmara em Caxias para fazer um discurso de ódio contra os baianos, mas não só contra os baianos, um discurso de ódio contra todos aqueles que respeitam o ser humano, que têm o mínimo de critério de solidariedade. Esse vereador que usou a palavra ali na tribuna – eu não vou ler todo discurso –, ele também foi bastante mencionado nas redes sociais, porque ele chegou a dizer: “Não contratem mais aquela gente lá de cima. Conversem comigo, vamos criar uma linha e contratar argentinos”. Chegou a dizer que: “com os baianos, que a única cultura que eles têm é viver na praia tocando tambor, era normal que se fosse ter esse tipo de problema. Deixem de lado aquele povo que é acostumado com carnaval e festa para vocês não se incomodarem novamente.” Ou seja, esse vereador está defendendo um trabalho análogo à escravidão; esse vereador está

incorrendo num crime absolutamente claro que é um crime de racismo, um crime tipificado na Lei nº 7.716/89, e o racismo é um crime inafiançável. Essa é a razão pela qual – e eu estou falando pelo PSOL, porque foi uma ação do PSOL - nós estamos entrando hoje, o Ver. Pedro Ruas, eu, a Ver.ª Karen, o Ver. Alex, a Luciana Genro, como presidente do nosso partido, o advogado Rafael Lemes com uma ação no Ministério Público Estadual, uma ação que fundamenta, que explícita a necessidade de uma atitude drástica em relação a esse vereador, porque esse vereador evidentemente cometeu um crime. Nós temos um caso de flagrante delito, e o flagrante delito, em crime de racismo, cabe a prisão desse vereador. E aí não tem isso de ser, de ter a imunidade do uso da tribuna, porque o Supremo Tribunal Federal já definiu que, quando se trata de crimes de ódio, de discursos de ódio, a tribuna não é uma proteção, não garante a imunidade. Esse vereador bolsonarista precisa receber essa pena: do contrário, nós estaremos sendo coniventes, aceitando a impunidade. Eu sei, e com isso concluo, Presidente Hamilton, Ver.ª Karen, que nós vamos ter mobilização em Caxias, na Câmara de Vereadores de Caxias, contra esse vereador e vamos demandar que os vereadores de Caxias não sejam solidários com esse crime e, de preferência, cassem esse vereador. Sabemos que pode ser até difícil, não sei qual é a relação de forças da Câmara de Vereadores de Caxias, talvez o líder do governo aqui, o Ver. Cecchim saiba mais do que eu qual a relação de forças lá, mas eu espero que a nossa Câmara aqui seja unânime no sentido de repudiar esse tipo de declaração e que seja solidária a essa ação do PSOL, pedindo a prisão em flagrante delito de um criminoso, como esse vereador de Caxias do Sul. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Sr. Presidente, eu queria fazer um pequeno registro, cumprimentando o Ver. Roberto Robaina pelo grande pronunciamento. Só lembrar que os trabalhadores escravizados procuraram a polícia para denunciar o problema e apanharam dela. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, vereadores e vereadoras, público que nos acompanha nas galerias e pela nossa TVCâmara. Eu agradeço a oportunidade de fazer o uso da palavra na tribuna em período de liderança de oposição, agradeço ao nosso líder, Ver. Pedro Ruas, para falar sobre um assunto bastante sensível, que diz respeito, especialmente, à nossa Casa Legislativa, Presidente Hamilton Sossmeier. Aqui nós temos um acordo firmado com o Executivo para o PTE, que é o Programa de Trabalho e Emprego, que acolhe, treina e acompanha os nossos jovens portadores de deficiência, que, de certa forma, permite um encaminhamento futuro para o mercado de trabalho. São 10 vagas oferecidas pela Câmara de Vereadores a esse programa especificamente. Somente sete dessas vagas estão ocupadas, e as professoras que trabalham junto ao PTE estão encontrando grandes dificuldades para poderem colocar os outros estudantes, pois temos uma fila de espera para se iniciarem nessas atividades. É extremamente importante esse programa porque ele busca a sociabilização desses jovens, há um acompanhamento constante por parte das professoras, que treinam os jovens, que conversam com os representantes dos setores desta Casa Legislativa, ou seja, eles não ficam simplesmente abandonados aqui, eles têm acompanhamento integral durante o período de estágio. Nós precisamos que todas essas vagas sejam ocupadas, são apenas 10, mas a necessidade para essa juventude é muito grande. A nossa cidade teve um grande avanço, diria eu, embora a palavra “avanço” não seja correta, porque quando votamos o Plano Municipal de Educação, lá em 2015, boa parte dos vereadores e vereadoras que estão aqui estavam lá, participaram da votação. Uma das propostas que o antigo prefeito trouxe para esta Casa Legislativa era de que o atendimento às crianças portadoras de algum tipo de deficiência se desse até os 18 anos, justamente para igualar o Município de Porto Alegre às diretrizes nacionais e estaduais. Porém, na época, nós usamos esta tribuna para destacar que Porto Alegre já fazia o atendimento até os 21 anos. E conseguimos, através de emenda, garantir

a manutenção desse direito. Porto Alegre acolhe e atende os jovens portadores de deficiências, principalmente deficiências intelectuais, até os 21 anos; porém, após essa idade eles precisam sair das escolas. Temos quatro escolas especiais que atendem esse público-alvo. Depois dos 21 anos, o que a nossa cidade espera? O que ela oferece também para essa juventude? Infelizmente pouquíssimas opções, quase nada. Nós precisamos nos atentar, porque esses jovens precisam ter algum projeto de futuro, eles precisam desenvolver a sua autonomia, eles precisam trabalhar, eles precisam continuar os seus estudos, o seu aprimoramento, para terem uma vida digna, cidadã. Mas infelizmente a nossa cidade não faz esse atendimento. Então, é muito importante, Vereador-Presidente Hamilton Sossmeier, que nós façamos o máximo possível nesta Casa para dar esse atendimento. E eu gostaria também de dialogar com a base governista, que aqui está representada, porque nós temos um grande problema no setor de estágios da SMED. O setor de estágios da Secretaria Municipal de Educação firmou parceria com o CIEE, só que há uma falta de compreensão da natureza desses estágios. Não é um estágio comum, como um estágio para um jovem que não tem qualquer tipo de enfermidade ou comprometimento. Os estágios regulares têm prova de seleção, têm encaminhamento, têm entrevistas, é uma outra natureza, são outros requisitos. Não dá para a gente pensar em fazer uma prova balizadora para crianças que têm algum tipo de deficiência intelectual. Nós precisamos de sensibilidade e o setor de estágios da SMED não está tendo. O CIEE, seu parceiro, também não tem a capacidade de compreender que crianças especiais precisam de um olhar especial. Agradeço a atenção de todos e todas, um grande abraço e boa tarde de trabalho para nós, obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Giovane Byl está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR GIOVANE BYL (PTB): Boa tarde, Presidente, meu colega de bancada, Ver. Hamilton Sossmeier; boa tarde, colegas vereadoras, colegas

vereadores, público que nos assiste nas galerias, público que nos assiste pela TVCâmara. Eu quero deixar um relato aqui para o público que nos assiste na TVCâmara: Porto Alegre vem dando grandes passos e está se tornando a capital do *skate* do Brasil. Nós temos a maior pista de *skate* da América Latina, e, além de ter a maior pista de skate da América Latina, nós também, hoje, estamos sendo realizadores de grandes eventos de *skate* na nossa cidade. Eu quero aqui fazer menção que, agora, no mês de março, Porto Alegre recebe o STU Nacional 2023, com etapa do circuito brasileiro de *skate*. Esse evento vai reunir mais de 120 atletas de todo o Brasil para competir aqui em Porto Alegre; mais de R$ 600 mil em premiação; um público estimado de 50 mil pessoas ali na nova pista da orla do Guaíba. E, além desse campeonato nos dias 17, 18 e 19 de março, Porto Alegre também vai receber diversas ativações em picos – e a galera do *skate* sabe o que é isso –, são lugares que são tradicionais pontos de prática de *skate* em Porto Alegre. Vão ocorrer ativações na própria Câmara de Vereadores, vai ter ativação na Av. Benjamin Constant, vai ter ativação na Av. Nilo Peçanha. Esse evento também vai deixar um grande legado para a cidade, que é a reforma da pista do IAPI, na Praça Frederico Arnaldo Ballvé, que foi inaugurada em 2001 – uma demanda dos skatistas através do Orçamento Participativo, e ela está, há muitos anos, abandonada, e, se não fossem ali os próprios skatistas, através da Matriz Skateshop e da galera que fomenta o *skate* aqui em Porto Alegre, ela estaria pior. Mas hoje a pista do IAPI está recebendo uma grande reforma que vai ser inaugurada no dia 10 como ativação, e a pista de *skate* da Restinga também vai estar recebendo uma reforma, um legado desse evento que vai acontecer aqui na nossa cidade. Quero convidar a população de Porto Alegre, os frequentadores da orla, porque, nos dias 17, 18 e 19 de março, vai acontecer esse grande evento de *skate*, na cidade de Porto Alegre, que vai ter um festival de música também, com grandes artistas do cenário nacional.

Eu gosto de sempre frisar quando o *skate* está tendo protagonismo, porque aprovamos, nesta Casa, na condição de vereador suplente, o Dia Municipal do *Skate*, 21 de junho, que é o Dia Mundial do *Skate*, e é comemorado aqui também em Porto Alegre, no nosso calendário de eventos.

Eu também sou o líder de um projeto social, hoje nós temos 50 crianças lá no bairro Mario Quintana, mas que também tem crianças do Rubem Berta, da Zona Sul, e, nesse domingo, as crianças do nosso projeto social *Seja Livre Skate* foram para praia de Cidreira participar de um evento de *surf* e *skate,* e muitas crianças não conheciam o mar.

Então, o *skate,* que outrora foi um esporte muito marginalizado, muito discriminado, mostrou e vem mostrando para a sociedade a importância que ele tem na formação de cidadão, mas também a importância que ele tem na economia. Esse evento vai arrecadar impostos para nossa cidade, vai fomentar o turismo, vai fomentar toda a rede de hotelaria e de alimentação. Portanto, o *skate* é cultura e o *skate* também fomenta a economia da nossa cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.ª Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, Presidente; colegas vereadores; público que nos acompanha pela TV Câmara. Não gostaria de trazer esse assunto para Câmara de Vereadores, porque, se alguém está sendo parceiro da educação, é esta Câmara de Vereadores, que aprova tudo, que respalda a educação, seja ela pública ou privada, no nosso Município. Eu venho à tribuna hoje perguntar para Prefeitura de Porto Alegre quando a educação vai ser prioridade. E eu não falo só da educação pública, em que nós temos as escolas sucateadas e não temos um plano de reformas. Nós temos Chromebook em material tecnológico, mas a gente não tem tomada. Nós temos turmas abrindo, mas não tem monitores e professores para atender. Eu falo também da rede privada, porque ao invés de termos credenciamento da rede privada, das pequenas escolas, nós temos visitas dos fiscais da Fazenda. É triste, porque são 300 escolas no Município de Porto Alegre, de educação infantil. Todas são pequenas empreendedoras, na média, são menos de 50 alunos em cada escola dessas, e o que nós temos é um descaso da Prefeitura. Eu venho falar isso aqui

da tribuna, porque não foram uma ou duas reuniões na Prefeitura; não foram uma ou duas tentativas de ligação para o prefeito e para a secretária de educação para resolver esse problema. Nós não vemos o edital da compra de vagas, que foi duas vezes aprovado aqui na Câmara de Vereadores, por todos vereadores, e por isso que eu falo: é triste eu falar aqui no Parlamento, sendo que o único parceiro da educação é o Parlamento. Nós temos também o descaso com a educação infantil, em que temos uma resolução do Conselho Municipal de Educação que coloca uma série de regras que só cabe à educação infantil do Município, não cabe à rede infantil, que está legislada pela rede estadual, ou seja, as grandes escolas, que essas, sim, têm respaldo financeiro ou seja aquela dona de creche pequena tem inúmeras regras que têm que seguir, que não tem que seguir o dono da escola grande. Por isso que eu volto novamente a frisar: a educação tem que ser prioridade na cidade, sendo ela pública ou privada, e Porto Alegre precisa da Prefeitura sendo parceira. Eu clamo pela secretária de educação para buscar o edital da compra de vagas. Nós temos o orçamento, nós já tivemos o edital, que disseram que são poucos itens que têm que alterar, por que esse edital não vai para o mercado? Por que não contratamos vagas da rede conveniada? Muitos vereadores aqui conhecem essa realidade, são ótimos os trabalhos; mas não, não temos um edital aberto para rede conveniada, e nós temos dinheiro sendo gasto com uma demasia de Chromebooks. Eu venho aqui para reforçar: o Parlamento votou o Refis. Nós votamos e vamos votar aqui novamente o Creative, mas a gente tem a visita diária de fiscais da Fazenda, porque nós não fazemos um Refis para educação? Por que nós não vamos apelar para trazer para quem mais precisa, que são esses 300, 400 pequenos empreendedores? E por que eu falo isso? Porque as escolas, diferente de outros setores que nós votamos aqui o Refis, estiveram fechadas por 14 meses, principalmente por causa de decretos da Prefeitura anterior, e também por causa do Judiciário, mas eu volto aqui a dizer: se a gente tem a possibilidade de trazer essas escolas privadas para o jogo, vamos trazê-las, e um programa de Refis também; vamos trazê-las para se tornarem sustentáveis, vamos credenciar nossas escolas. Hoje, a grande piada da Prefeitura é que Porto Alegre dá um alvará e abre uma empresa em 24 horas, mas demora 10 anos para abrir uma

escola de ensino infantil em Porto Alegre; então, não adianta a gente estar figurando entre os grandes índices de desenvolvimento econômico, se a gente não segue estar configurando nos grandes índices de educação. Volto aqui, Presidente, a reforçar minha fala, coloco aqui a indagação de convidarmos a secretária de Educação para apresentar o plano de reforma nas escolas, para nos apresentar sobre a compra de vagas, já que nós, Parlamento, fizemos a nossa parte; agora, a gente precisa que a Prefeitura faça a dela.
(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, primeiro queria cumprimentar a Ver.ª Mari Pimentel pela liderança da oposição que ela assumiu. Com vereadores independentes como ela, não precisamos da oposição, viu, não precisamos, porque ela sabe indicar onde precisa gastar, mas não sabe dizer de onde vem o dinheiro. O NOVO tem essa facilidade, de querer gastar bastante e não cobrar imposto. Então, temos que cuidar muito mais disso, Ver.ª Mari Pimentel. A secretária da Educação lhe recebeu quantas vezes? Muitas vezes lá, não é? Recebeu-lhe bastante vezes. Eu acho que o Ver. João Bosco Vaz tem razão, quem sabe nós oferecemos a secretaria para Ver.ª Mari Pimentel, para ver se ela resolve todos esses assuntos. Isso seus assessores não resolvem, só lhe largam os assuntos na sua frente, vereadora, isso é assessoria. A assessoria do NOVO muda cada vez para pior; então, vamos ter muito cuidado. O NOVO tomando o lugar do PSOL; são parecidos, em algumas coisas diferem muito, mas em muitas coisas são siameses, o NOVO e o PSOL – são dois radicais. Um não quer, um pensa que dinheiro dá em árvore, que é o PSOL; o NOVO não, o NOVO sabe que precisa gerar emprego, mas também gosta de gastar muito. Onde não tem, não tem, vereadora. Se tivesse dinheiro para contratar 4 mil vagas que nós precisamos – todo mundo sabe; a senhora parece uma construtora daquelas que sabe onde está o defeito, mas não sabe onde está a solução, e nós estamos cheios desses

construtores por aí, sabe onde está o defeito, sabe onde está a dificuldade. Qual é a solução? A senhora dá a solução de onde pegar o dinheiro? O dinheiro está sendo gasto, todo esse percentual da educação está sendo gasto. Falta mais! De onde vai tirar isso? Tem que ter respeito, principalmente, pelo orçamento. A senhora sabe o que é orçamento? Sabe, não é? Seus assessores sabem? Não sabem, eles só querem aparecer, junto com a vereadora. Então tem que ter cuidado com as assessorias, e antes de falar bobagem aqui, se inteirar bem. O Município dá valor para a educação, sim senhora, a senhora que está extrapolando, a senhora está se fazendo em boa entendedora da educação porque eu acho que o NOVO começou a perder as bandeiras, então estão assumindo as bandeiras do PSOL. Cuidado, Ver. Robaina, cuidado com o NOVO que ele vai tomar o espaço do PSOL, logo, logo. Cuidado! Cuidado! Nós vamos ver muitas vezes aqui nesse Parlamento os votos parelhos, PSOL e NOVO. O PSOL está crescendo a sua bancada. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Boa tarde, Presidente, vereadores e vereadoras, a fala do líder do governo Idenir Cecchim agitou aqui o nosso plenário, mas eu gostaria de, nesse 1º de março, também registrar, Ver.ª Biga, esse início de um mês importante para a luta das mulheres, e Porto Alegre precisa se debruçar sobre esse debate. Eu não me conformo, vereadora, que Porto Alegre não tenha uma Casa da Mulher Brasileira, e diante dessa realidade, a lei orçamentária enviada ano passado pelo Executivo aqui para esta Câmara tenha apontado orçamentos tão baixos para políticas de combate à violência contra mulher, políticas que tivessem o recorte e a transversalidade de gênero necessário. Mas o que me motivou a me inscrever e utilizar essa tribuna em tempo de liderança pelo Partido Comunista do Brasil, Ver.ª Karen, é poder reforçar o debate nesta Casa Legislativa de um tema que tomou conta do noticiário do Rio Grande do Sul e do Brasil inteiro, desde a semana passada,

quando trabalhadores fugiram de um cativeiro - porque esse é o nome que precisa ser dado - na serra gaúcha, e fizeram uma denúncia às autoridades do maior crime - porque é assim que precisa ser tratado - do maior crime da nossa história, e o Ver. Robaina falava sobre isso aqui, de submissão de trabalhadores a condições análogas à escravidão. Esse debate precisa ser travado aqui nesta Casa porque esse é um tema que não pode passar batido, no tempo que nós vivemos. Nós estamos falando de trabalhadores que passavam de 13 a 15 horas em jornada de trabalho, que recebiam comida estragada, que viviam sem condições de higiene, que eram espancados, em que nós temos indícios de agressões com uso de *spray* de pimenta, de choque. Isso precisa nos chocar! É preciso registrar que foram crianças encontradas nessas situações. E falar sobre isso, ao contrário do que ouvi alguns vereadores da base do governo, em programa de TV da nossa cidade, não é de modo algum, Ver.ª Biga, falar contra a serra gaúcha; falar sobre isso, não é em hipótese alguma falar contra a vitivinicultura do nosso Estado; falar sobre isso, é não aceitar, Ver. Jonas, a superexploração dos trabalhadores e das trabalhadoras, a manutenção desse século, de uma forma de exploração do trabalho que nunca deveria ter existido! Que nunca deveria ter existido! E nós não podemos tolerar, e por isso que eu falo hoje, porque nós tivemos dois episódios ontem que me assustam! Nós não podemos aceitar a relativização dessa situação! Nós não podemos aceitar a responsabilização dos trabalhadores por essa situação! Ontem nós tivemos duas situações: uma, a Organização das Indústrias de Bento Gonçalves declarou, fez uma manifestação que dizia que essa situação era consequência de um sistema assistencialista, ou ainda chegou a dizer que essa situação era consequência da escassez de mão de obra! Se me deixa inconformado, indignado esse crime escrachado para o Brasil inteiro e nós precisamos falar do aumento, nos últimos anos, da identificação de casos como esse no Brasil inteiro, um crescimento de mais de cem por cento, nós não podemos tolerar que não se trate esta questão nos termos que deve ser tratada que é nos termos da superexploração dos trabalhadores. Mas se não bastasse esta manifestação que eu mencionava aqui, ainda ontem um vereador em Caxias do Sul se manifesta, mais uma vez, colocando a responsabilidade nos trabalhadores dizendo que isso ocorreu

devido ao uso de trabalhadores e trabalhadoras de mão de obra de baianos, de nordestinos. Reincide-se no racismo, na xenofobia, numa visão de mundo que entende que uma raça seja superior a outra. Isso, como fica bastante nítido aqui, me indigna, me deixa inconformado, deixa inconformada a bancada do PCdoB, Ver.ª Biga Pereira, nós vamos discutir isso numa moção logo mais, mas a nossa fala em liderança é para fazer um apelo para que esta Casa, de forma unitária, repudie o trabalho escravo como a gente identificou na serra gaúcha e a gente não dê rodeio e enfrente esse problema e dê uma resposta para cidade de Porto Alegre que é a capital do Rio Grande do Sul e, por consequência, dar uma resposta para o Estado e para o País. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Alvoni Medina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Boa tarde, meu Presidente; boa tarde a todos os vereadores. Eu quero aproveitar esta oportunidade para convidar os nobres vereadores, juntamente com as suas assessorias, para amanhã, às 14h, participarem de um evento na Câmara de Vereadores, inclusive coloquei no grupo dos vereadores, pediria também o apoio dos senhores juntamente com suas assessorias, vamos ter um evento às 14h, no Plenário Ana Terra, sobre as doenças raras. Uma palestra ontem foi o Dia Mundial das Doenças Raras, dia 28, e também estive fazendo a visita na Casa dos Raros, para que todos possam ter um entendimento e conhecimento e os próprios vereadores possam depois também, dentro dessa causa, poder defender, poder cobrar também do nosso poder público, da Secretaria em relação a doenças raras. Sabemos que há muitas famílias que têm enfrentado essa situação e, às vezes, por falta de um atendimento mais rápido, um atendimento mais apurado, têm perdido seus familiares. Então, aqueles vereadores que puderem enviar suas assessorias, que puderem estar conosco amanhã, às 14h, vai ter essa palestra orientando sobre as doenças raras. Inclusive ontem nós tivemos junto com prefeito Melo, com o nosso governador, falando com um doutor que veio dos Estados Unidos

falando sobre as doenças raras. Muitas vezes tem um familiar que não tem assistência e a família sofre com seus familiares com doenças que, às vezes, não têm apoio, não têm ajuda, às vezes acabam perdendo seus familiares por falta de diagnóstico mais rápido e mais apurado. Então eu quero fazer esse convite e agradeço a todos os vereadores. Um abraço e que Deus abençoe.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Uma boa tarde a todos, saúdo o Presidente da Casa, todos os colegas vereadores, quero dizer que esse tema que começa a se discutir na Câmara, esse tema que está se vendo aí em tudo quanto é lugar, de uma coisa que o nosso Estado, o nosso País, em primeiro lugar, o Brasil assinou um tratado da OIT, sobre a erradicação do trabalho escravo, do trabalho irregular e a busca do trabalho decente. E o Brasil assinou esse documento, o Estado do Rio Grande do Sul assinou esse documento, a cidade de Porto Alegre assinou esse documento. O trabalho decente, ele é as condições de trabalho das pessoas, o trabalho decente é um trabalho digno, um trabalho que garanta as condições mínimas para que as pessoas possam exercer esse trabalho. Nós discutimos muito no Congresso Nacional a questão da terceirização. O nosso partido discutiu muito, apresentou propostas, aprovamos a lei da terceirização e, junto com a lei da terceirização, regras claras. Se a empresa fornece refeitório para seus trabalhadores, os trabalhadores terceirizados podem e devem usar esse refeitório; se a empresa fornece transporte para seus trabalhadores, os trabalhadores terceirizados também usam esse transporte. São regras estabelecidas pelo Congresso Nacional, regras estabelecidas pela Organização Internacional do Trabalho. O que nós vimos na serra gaúcha, e não é falar mal da nossa indústria de vinho, pelo contrário, eu sou um defensor, há muito tempo, de que nós temos que discutir a carga tributária que o nosso vinho tem. Nós não podemos chegar numa gôndola de supermercado, ver vinhos chilenos, argentinos, uruguaios, em função do

tratado do Mercosul, em função da Lei Kandir, com preços muito mais acessíveis do que os nossos vinhos do Rio Grande do Sul. Isso nós temos que discutir. Agora, não foi o conjunto de vinícolas da serra que patrocinou isso, não foram as vinícolas ditas artesanais que patrocinaram isso, foi a ganância que patrocinou isso. Então, nós não estamos falando mal da serra gaúcha, pela qual eu sou um apaixonado por visitar as vinícolas, um apaixonado pela paisagem, pela gastronomia. Não, não estamos falando mal da serra gaúcha, nós estamos falando de um sistema que foi radicalizado na nossa serra gaúcha, um sistema que é feito com trabalhadores que vêm lá de Uruguaiana, do Alegrete, de Quaraí, de toda a nossa fronteira oeste, que são levados para a serra gaúcha para a colheita da maçã, que são levados para a serra gaúcha para a colheita da uva, para uma série de trabalhos. Essas denúncias chegam no Ministério do Trabalho desde 2017, essa empresa tinha um Termo de Ajustamento de Conduta assinado com o Ministério Público e com o Ministério do Trabalho. Então, era o *modus operandi* dessa empresa, isso não é novidade nenhuma. O que faltou foi fiscalização, o que faltou foi o controle dessa empresa. A gente busca, em vários setores e segmentos, o controle de qualidade. Quando se procurou isso, quando a cidade de Porto Alegre assinou o Trabalho Decente, quando o Estado do Rio Grande do Sul assinou o Trabalho Decente, foi um governador da serra gaúcha que assinou essa cooperação e o fim do trabalho análogo ao escravo no Rio Grande do Sul. Nós exigimos as providências! Não é o que esse colega lá de Caxias – não sei se pode se chamar de colega – fala, de banalidade, a questão de direitos... Eles não tinham direito nenhum! Os trabalhadores viviam de forma completamente precária, esses trabalhadores viviam de forma desumana. Não pode, em pleno mundo em que nós vivemos, com a tecnologia, as pessoas viverem nessas condições altamente precárias e insalubres. É importante nós trazemos esse debate, isso aconteceu na serra gaúcha, mas isso acontece em várias regiões do nosso Brasil, desde a região de extração de minério de carvão, na cana-de-açúcar, acontece em vários setores e segmentos no Brasil, então é importante nós trazemos esse tema à tona e principalmente discutir qual é realmente o papel da terceirização, algo que a gente vê em vários setores, não somente no setor privado, mas no setor público, a precarização do trabalho.

Já fizemos isso nas nossas redes, mas estamos aqui, na Casa do Povo de Porto Alegre falando pelas pessoas que nos permitiram chegar até a Câmara de Vereadores, dizendo que é inadmissível, em pleno mundo em que nós vivemos, se ver ainda a escravidão de pessoas, independentemente de estado, de cor, de credo, de raça, independentemente de qualquer coisa, pessoas sendo escravizadas num País que se diz democrático, num País que participa das grandes conferências do mundo, que vem brigando com outros para que assinem a busca ao Trabalho Decente.

Viemos prestar a solidariedade a esses trabalhadores e dizer que as nossas empresas de vinho seguirão trabalhando, com um bom trabalho, respeitando seus trabalhadores e o direito das pessoas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.ª Lourdes Sprenger assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): (15h17min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em votação o Requerimento nº 017/23. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como coautor.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, Ver.ª Lourdes, que preside a sessão; vereadores e vereadoras; esta moção subscrita por mim, pela Ver.ª Karen Santos, o Ver. Pedro Ruas, a Ver.ª Biga e o Ver. Alex Fraga, eu tenho a convicção que, se não for unânime, será com o apoio da ampla maioria dos vereadores e das vereadoras, porque é uma moção muito importante e justa. Trata-se de uma solicitação de solidariedade em apoio à nomeação de trabalhadores e trabalhadoras nutricionistas que foram aprovados do Concurso Público nº 620, do Município de Porto Alegre. Esse concurso era uma necessidade, foram aprovados 54 trabalhadores e trabalhadoras, inclusive, tem

aqui conosco uma comissão representativa desses trabalhadores e dessas trabalhadoras que passaram no concurso - estão aqui assistindo a sessão na galeria -, e, dos 54 aprovados, Ver. Melo e líder do governo, Ver. Idenir Cecchim, nós tivemos sete que foram chamados. É reconhecida a necessidade de nutricionistas na Prefeitura. Eles atuam na área da saúde, da assistência e da educação. E o concurso, agora, a partir do dia 18 de março, foi prorrogado por dois anos. Então, o concurso está válido, mas é lógico que, diante da necessidade, tenhamos preenchidas essas vagas. O concurso foi feito e 54 pessoas foram aprovados, a necessidade, inclusive, é maior que essa. Nós sabemos, por exemplo, eu tenho os dados a partir dos estudos do Conselho Federal de Nutricionistas, que estabelece – evidentemente, isso é uma referência – que para adequada execução do Programa de Alimentação Escolar, por exemplo, que o órgão executor do programa deve contar com um nutricionista para cada 500 alunos. E aqui, em Porto Alegre, o número é bastante aquém desse padrão referencial mínimo, uma vez que, no caso aqui do Município, nós temos 11 nutricionistas, Ver. Alex, lotados na secretaria. O Alex é professor, o Jonas é professor também, são 11 nutricionistas. Portanto, é uma média de um para cada 4,35 mil alunos, considerando o número de 48 mil alunos da rede municipal, esta é a média: 11 para 4,35 mil, enquanto a referência da necessidade é de um nutricionista para cada 500. Evidentemente que faltam, falta chamar! É uma questão básica que, na verdade, nós estamos demandando, para que Porto Alegre não tenha essa demanda sem ser resolvida. Esse é um apelo para o governo. Nós queremos fazer esse apelo ao governo, queremos fazer esse apelo a partir da Câmara dos Vereadores, com a solidariedade dos vereadores. Na área da saúde também há defasagem, os trabalhadores nutricionistas atendem na área de UTI, de vigilância de alimentos, de vigilância de produtos de saúde, de doenças e agravos que são não transmissíveis, e, infelizmente, isso ainda não está sendo corretamente respondido. Esse é o apelo. Eu sei que o concurso foi prorrogado, mas o fato de ter sido prorrogado o concurso não pode tirar a responsabilidade da Câmara de Vereadores de perceber que nós temos essa carência, e, portanto, a Câmara tem essa função de alertar o governo acerca dessa carência e de pressionar o governo,

pressionar no sentido de que o governo olhe o problema, não deixe esse problema passar em branco. Esse é o apelo que nós fazemos, embora seja uma moção subscrita por vários vereadores que são da oposição, eu, nesse caso, quero acreditar que nós tenhamos uma posição comum, que não divida a Câmara dos Vereadores entre oposição e governo, mas que una a Câmara de Vereadores naqueles que compreendem a necessidade de valorização profissional, que entendem a importância que tem a categoria dos nutricionistas para combater os dois extremos que nós temos, que são a desnutrição e a obesidade, e que valorizem essa profissão, valorizem o serviço público e votem a favor dessa moção de tal forma que o governo perceba que a Câmara dos Vereadores é sensível a esse problema e acelere o chamamento, para que nós tenhamos os 54 aprovados efetivamente contratados como profissionais da saúde, da educação, da assistência, como profissionais nutricionistas no Município de Porto Alegre. Muito obrigado a todos.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): A Ver.ª Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 017/23, como coautora.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, todos e todas. Subo à tribuna também para encaminhar esta moção de solidariedade. Primeiramente, eu queria saudar a reconstituição do Consea - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, conselho fundamental para a elaboração de políticas públicas e privadas no âmbito da segurança alimentar do nosso povo, o Brasil, que voltou a representar nos índices de fome e de insegurança nutricional. Então, é fundamental reconstituir esses fóruns onde há a participação e construção de políticas públicas. Essa moção de solidariedade é justamente pela convocação das candidatas e dos candidatos aprovados no concurso de nutrição que esperam ainda serem convocados. Há um déficit no Município em torno de 80 vagas – nós tivemos 54 aprovados neste último concurso, e apenas seis trabalhadores foram convocados. É importante colocar também que na pasta da

Secretaria Municipal de Educação nós temos uma defasagem de mais de 50% de nutricionistas, de acordo com o Plano Nacional de Alimentação Escolar. Ou seja, o Município tem necessidade, a comunidade vem pautando a importância desses cargos serem ocupados; houve o concurso público, e, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, em consequência da política do teto dos gastos, dessa ideologia que predomina hoje no governo Melo de estado mínimo, nós não conseguimos ocupar vagas remanescentes aqui no nosso Município. Não é uma especificidade dos nutricionistas, o nosso mandato encaminhou também a necessidade de convocação de assistentes sociais, de psicólogos, e todos os nossos requerimentos foram negadas pela SMAP, usado como justificativa a Lei de Responsabilidade Fiscal, o teto dos gastos. Então, é um debate, em última instância, de qual o sentido do nosso Estado, qual o sentido da gestão municipal para minimamente garantir aquilo que é lei e os pressupostos dos direitos e da dignidade das comunidades que são atendidas pela educação, pela assistência social e pela saúde. Então, é importante aprovarmos essa moção de solidariedade, mas também seguir fazendo a discussão da importância de revogar o teto dos gastos para que a gente volte a ter concurso público e que trabalhadores capacitados, concursados, voltem a ocupar essas funções hoje que estão em vacância para contribuir com o desenvolvimento do nosso Município. É uma realidade da nutrição, mas, novamente, é uma realidade da Procempa, do DMAE, dos assistentes sociais, dos psicólogos. Precisamos de concurso público e precisamos de servidores nomeados para dar seguimento às políticas públicas que hoje estão paradas ou precarizadas, como bem colocou a Ver.ª Mari Pimentel na sua fala, e para isso a gente precisa de servidor público. É nesse sentido a nossa moção de solidariedade, para convocação dessas e desses profissionais.
(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento n° 017/23, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, Ver.ª Lourdes Sprenger, senhoras vereadoras, senhores vereadores; Ver. Pablo Melo, eu fico feliz quando se põe uma moção que o prefeito já aprovou. Quando o prefeito Melo prorrogou por mais dois anos, ele já aprovou a moção que o PSOL apresentou. Quer dizer, pegaram uma carona. Não é feio pegar carona.

Então, Ver. Robaina, o senhor fique tranquilo, o prefeito Sebastião Melo não é ciumento, pode embarcar nessa carona, sem problema nenhum. Todos nós queremos contratar gente, desde que tenha dinheiro. Isso não vale só para o NOVO; vale para o PSOL também. Se tiver dinheiro, se faz; se não tiver dinheiro, não dá. Nós não somos irresponsáveis.

Quanto a essa moção... Estou achando que há muitas moções. Esta Casa tem moção e frente parlamentar... Eu até vou contar quantas frentes nós temos aqui na Câmara.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Também, é verdade. O Ver. João Bosco Vaz voltou com toda a corda. Voltou jovem, bronzeado lá das praias do Rio de Janeiro. O Ver. João Bosco Vaz é um entusiasta do carnaval não só do Rio de Janeiro, mas daqui também.

Com essas moções tranquilas, nós votamos. O que nós não podemos admitir, Ver. Cassiá Carpes, são 60 dias de ódio. Eu tinha certeza que, com a idade do Presidente Lula, ele viria fazer o seu governo Janja/Lula de paz e amor. Mas não! Cada dia é um lançamento de ódio. Quando é que isso vai parar? Eu pensei, bom, agora o Lula velhinho se reelegeu, é a última vez que ele vai ser Presidente, ele vai querer deixar uma marca, aquilo que ele fez no primeiro governo: Lulinha, paz e amor. Mas não, ele tem o amor da Janja e ódio contra todos os brasileiros, ou da maioria. A vontade da vingança é que nos preocupa. A vontade da vingança nos preocupa. Os nossos colegas vereadores aqui, do PT, eles não são do ódio, como por exemplo o Ver. Jonas: o Ver. Jonas tem uma paixão recolhida pelo prefeito Sebastião Melo, ele não consegue vir à tribuna sem falar oito vezes o nome do Sebastião Melo. Isso é coisa para ser estudada, Ver. Tiago.

O ódio e o amor andam juntos, mas no caso do Ver. Jonas eu acho que é recolhido isso. Gosta do ex-vereador Sebastião Melo, agora prefeito. O Jonas tem uma admiração muito profunda, por isso que ele sempre começa: “Povo de Porto Alegre, Sebastião Melo, Sebastião Melo, Sebastião Melo”. Pode repetir muitas vezes, porque conversando com o prefeito, ele me disse que faz muito bem para ele cada vez que V. Exa. se refere a ele: “Prefeito Melo, prefeito Melo.” V. Exa. é um vereador de boa paz, de bom visual, elegante, então, pode continuar, sem problema nenhum, a reclamar do prefeito Melo, no tom que V. Exa. faz. Faz bem, sem ódio. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 017/23.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha cara Presidente Lourdes, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores presentes, telespectadores, ouvintes, eu gostaria de deixar um abraço aqui à comissão de nutricionistas que nos acompanha nesta tarde, na discussão desta proposta. Eu acredito que já se falou o suficiente, mas como me inscrevi, venho aqui para registrar o seguinte: o próprio Ver. Cecchim fala no olhar de ter ou não ter dinheiro, a Prefeitura, para estas nomeações. Eu vejo, com um olhar todo especial, que é verdade; precisamos avaliar as questões das finanças municipais, e isso tenho feito com afinco aqui na Câmara. Agora, não podemos esquecer aquela velha questão do estado máximo, do estado mínimo. Eu sou contra o estado mínimo, acho que o Estado tem que ter o tamanho que possa atender às demandas da nossa sociedade. E ter ou não recursos para a nomeação de servidores, é preciso que se dê uma olhada com atenção, quando se faz essas nomeações, Ver.ª Karen, na questão do investimento público e no olhar a médio e longo prazo. Nomear nutricionistas não implica dizer que temos puramente gastos, pois nós vamos ter investimentos de garantia, até da alimentação para aqueles que precisam, mas também olhar de garantia da própria saúde da pessoa humana. Portanto, nomear esses concursados e

concursadas nutricionistas significa apostar no olhar de futuro do que isto vai representar para a nossa cidade. Eu sou favorável à moção, vi que o próprio governo se manifesta favoravelmente, minha Ver.ª Mari, nossa ilustre presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, investimento público neste olhar dos nutricionistas. Eu sou favorável à moção, mas, antes de mais nada, sou favorável à nomeação destes concursados. E a Prefeitura, é um alerta que faço – trabalhei quase 40 anos com concurso público, eu dava aula para o concurso público. Não dá para vender ilusões, não se pode, Ver.ª Fernanda, nós apenas... Vão fazer um concurso, aprovam-se pessoas e depois não se chama. Se aconteceu o concurso é porque existem vagas, e porque aconteceu o concurso existem aprovados e estes aprovados farão bem para a Prefeitura de Porto Alegre, para a administração de Porto Alegre e para o povo porto-alegrense. Portanto votamos favorável à moção porque somos favoráveis à nomeação destes servidores e servidoras. Aquele abraço! Obrigado!
(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Hamilton Sossmeier reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.ª Biga Pereira está com a palavra para encaminhar o Requerimento nº 017/23.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Presidente Sossmeier, vereadoras e vereadores, eu subo a essa tribuna sob protesto. Eu solicitei, e vou falar aqui no microfone: eu quero estrado neste púlpito, porque não é possível que eu, o Ver. Giovani e a Ver.ª Claudinha tenhamos dificuldade aqui com a altura do púlpito! Não é a nossa altura, é o púlpito que é alto.
Vamos lá, eu vim aqui, quero me referir, cumprimentando algumas nutricionistas, alguns nutricionistas que nos visitam e visitam a nossa Casa hoje exatamente para acompanhar esse debate e essa votação sobre essa moção de apoio a que a Prefeitura chame os concursados. Obviamente que nós ocupamos esse espaço para dizer que mais do que apoiar - e eu tenho certeza que os vereadores e vereadoras aprovarão essa Moção, e penso que será por unanimidade -, é

mais do que isso: que a gente acompanhe e lute para que efetivamente os concursados e concursadas sejam chamados para exercer a sua função que diz respeito à segurança alimentar, especialmente das nossas crianças, não é, Ver. Robaina? Hoje, na SMED, nós temos apenas nove nutricionistas. Na Secretaria de Desenvolvimento Social nós tínhamos uma nutricionista, e eu falo tínhamos porque esta foi cedida para o Estado. Ou seja, numa secretaria extremamente importante, não tem nutricionista. Veja bem, eu quero aqui lembrá-los de que a nutricionista não é só para prescrever dietas; a nutricionista fiscaliza a alimentação, a qualidade do alimento, não é isso, gurias? A nutricionista é aquela que, além da qualidade do alimento, cria cardápios, orienta as cozinhas e também dá conta das cozinhas em que a gente têm os restaurantes populares. Não é verdade? Então é um trabalho amplo, que diz respeito, sim, à qualidade, à segurança alimentar. Portanto, nós aqui encaminhamos o voto favorável, e acredito que esta Casa terá a sensibilidade de aprová-la por unanimidade. Conte conosco para que também a gente acompanhe o chamado de cada um e cada uma de vocês. Obrigada.
(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Nós solicitamos o estudo para esse estrado, que é importante, uma solicitação do Ver. Giovani e Ver.ª Cláudia e está sendo feito o estudo.
A Ver.ª Mari Pimentel está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 017/23.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, colegas vereadores; boa tarde, Presidente, Hamilton Sossmeier, público que nos acompanha aqui na TVCâmara. Hoje nós votaremos uma moção a favor dos nutricionistas no nosso Município. E por que eu sei a realidade dos nutricionistas da educação? Porque ao longo do mandato, em mais de dois anos, eu fui a mais de cem escolas. Pois é, quando nós estávamos sem cozinheiras, no Município de Porto Alegre, quem estava nas escolas não era a secretária de educação, não eram as nutricionistas que ficam dentro da SMED, era a Ver.ª Mari Pimentel, junto com outras

vereadoras, e tenho aqui a Ver.ª Karen Santos também. Então, quando eu falo de educação, eu não falo no papel, eu falo de alguém que está na rua, que está na escola, que estava hoje de manhã também, como estava na outra semana. Então quando nós vamos debater aqui sobre os nutricionistas, vocês também falam com uma vereadora que é mestre em finanças. Se hoje eu sou presidente da Comissão de Finanças é por que eu sei sobre finanças. Eu já abri empresas, eu já trabalhei na Bolsa de Valores, eu sei muito sobre finanças, porque eu sou formada em Administração de Empresas, eu tenho mestrado em Administração, com ênfase em finanças, eu tenho MBA em São Paulo sobre finanças. Então, se a gente vai falar sobre finanças do Município, nós vamos falar que a Secretaria de Educação comprou R$ 50 milhões em Chromebooks. Nós temos hoje mais Chromebooks que criança em sala de aula. Nós não temos tomadas para o Chromebooks! Nós temos R$ 10 milhões que foram gastos, na verdade, investido com dispensa de licitação para material didático. Quatorze milhões em *kit* de robótica. Pergunto: quando nós tivemos treinamento para usar *kit* de robótica na SMED? Não tivemos. Então, quando nós vamos falar que o NOVO, a Ver.ª Mari Pimentel não sabe de finanças, eu acho melhor a gente saber do que nós estamos falando. Nós estamos falando que, por baixo, quase R$ 100 milhões foram rasgados, no ano de 2022, pela Secretaria de Educação, sem ter a devida justificativa de gasto. E, para isso, nós já estamos fazendo Pedido de Informação. Então, toda vez que a gente vier aqui para discutir no Parlamento ideias para que a gente venha colocar um discurso técnico, eu estarei aqui, mas se for para diminuir a posição de uma mulher, uma mulher no Parlamento, tirando autoridade dela, presidente da Comissão de Finanças, eleita pelo voto deste Parlamento e também por todos os cidadãos de Porto Alegre, eu tenho certeza que a gente não está fazendo uma discussão em que ganha Porto Alegre, nós estamos tentando tirar a voz de uma pessoa que tem toda a qualificação para estar aqui discutindo com vocês. Obrigada.
(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 017/23.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha este debate, esta importante moção proposta pelos colegas do PSOL, ela nos traz um grave problema que não é só da nossa cidade: o problema da saúde pública. Nutrição é uma subárea da saúde e está previsto no SUS o direito de as pessoas acessarem também. Em Porto Alegre não está acontecendo isso. Claro, isso é uma ação deliberada de governantes que têm dinheiro para pagar uma consulta com nutricionista, essa é a realidade. Tem grana, vai lá e paga; ah, está com problema, está um pouquinho acima do peso, tem uma diabete começando, tem uma hipertensão. O prefeito que ganha R$ 21 mil não vai se importar se nos postos de saúde, se nos hospitais, têm nutricionista, se nas escolas tem um trabalho de debate sobre nutrição, sobre saúde. Não vai se importar, porque quando ele tiver algum problema ou ele precisar, ou algum familiar, ele tem dinheiro, ele ganha R$ 21 mil. Esse é o caso do prefeito Melo, é o caso do Marchezan que passou, que deixaram os cargos vagos. Esse é o absurdo! Cargos vagos previstos em lei. Sabe o que que é um cargo previsto em lei? É o direito da cidade de ter esse trabalhador lá prestando um serviço porque a população já pagou por aquele profissional, mas o prefeito não está contratando, não está colocando. O dinheiro está previsto, tanto é que veio aqui o Cecchim e disse: “Olha, na educação não tem como nomear servidores, não tem dinheiro.” Vereador Cecchim, o senhor está mal assessorado, porque o orçamento da educação deixou para trás, em 2 anos, mais de R$ 300 milhões que foram para o caixa único. Então está sobrando dinheiro. Essa bravata o senhor pode falar no microfone, mas eu venho aqui desfazê-la, com dados. Então nós podemos, com certeza, ter mais nutricionistas não só na educação que é fundamental, mas para a população. Veja o dado, quem é da nutrição, que acompanha, sabe que 41 milhões de brasileiros estão acima do peso ou são obesos, isso é 26% da população. Se 26% da população precisa de algum atendimento com nutricionista, como é que Porto Alegre, uma capital, não vai cuidar dessa realidade com um 1,5 milhão habitantes? É para já, prefeito, que tem que nomear; as pessoas fizeram concurso. Além disso, imagina, a pessoa vai lá, se dedica, estuda, faz um concurso, e aí o que que acontece? O prefeito resolve

não nomear. Isso para mim é estelionato a partir de concurso público. A Prefeitura comete um estelionato porque promete vagas de emprego e não as preenche. Não pode! As pessoas foram lá, pagaram cursinho, muitas vezes, estudaram, dedicaram o tempo, deixaram de trabalhar para estudar, para passar, porque queriam dedicar sua vida ao serviço público. Aí vem o prefeito que decide: "Não, não vamos nomear". Então nós precisamos imediatamente mostrar solidariedade aqui, votar de forma unânime e ter que nós tínhamos antes, Ver. Hamilton: lá na Restinga tinha um setor potente de nutrição onde meu pai fazia acompanhamento porque ele é diabético, e hoje está afundado. Ali na Cruzeiro, no Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul, atrás, em todas as especialidades, tinham muitos nutricionistas. Hoje não tem, e nós temos várias pessoas que querem ser nomeadas, querem ajudar Porto Alegre a combater, com certeza, porque nós temos uma ferramenta terrível, gente, que é a televisão. A televisão, ela vai lá e vende salgadinho, vende refrigerante, vende bala, vende tudo que é alimento industrializado, e é isso que produz esse grande problema social da obesidade, do excesso de peso, porque é uma alimentação que não é a melhor. Nós precisamos de profissionais orientando as pessoas nas escolas, no SUS – Sistema Único de Saúde, precisa ter. Se não der para ter em todos os postos – nós temos mais de cem postos de saúde, Unidades Básicas de Saúde –, pelo menos, numa parcela significativa tem que ter. Hoje o cidadão sai do Lami e só vai ter atendimento de nutricionista na Cruzeiro. Não tem sentido, vai pegar dois transportes, ele não vai no nutricionista, é isso que está acontecendo, porque está longe das pessoas, e nós temos que trazer para perto. Para começo de conversa, dentro das escolas e nas unidades de saúde. Nós, do PT, vamos botar favorável e vamos continuar cobrando que o prefeito nomeie, pare de guardar dinheiro, o dinheiro tem que se transformar em política para o povo, prefeito.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o Requerimento nº 017/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Vereadora Comandante Nádia (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 614/21. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.ª Comandante Nádia. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em discussão o PLL nº 614/21. (Pausa.) A Ver.ª Comandante Nádia está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Presidente Hamilton Sossmeier, vereadores que estão presentes e vereadores que estão nos acompanhando *on-line*; público que nos assiste presencialmente e pela TVCâmara; vejam, este processo, este projeto de lei, o PLL, é de 2021. Estamos em 2023 e fico muito feliz que no dia 1º de março, mês em que comemoramos o mês da mulher, possamos ter boas reflexões sobre o papel da mulher na sociedade, a sua importância, a sua capacitação, o conhecimento, o quanto a mulher tem progredido em estudos, na profissão, mas infelizmente ainda temos mulheres que sofrem violências, das mais diversas. Além de mulheres sofrendo em violência, sabemos que os filhos, crianças e adolescentes, por muitas vezes também sofrem dessas violências. É a família que, desestruturada, precisa de amparo em alguns momentos tão necessários na vida daqueles que sofrem. Como brigadiana, tive a honra de ser a mãe da Patrulha Maria da Penha, que veio a trazer um acalento maior às mulheres vítimas de violência, com a fiscalização de policiais militares qualificados, fazendo atendimento *in loco*, na casa dessas mulheres, dizendo que naquele momento o homem ou a mulher fardada são o Estado representado ali dando a proteção necessária. Aqui no Município não é muito diferente, nós, parlamentares, também temos que pensar no assunto da mulher de uma forma que essa mulher seja fortalecida com ações

afirmativas. A marca social que prevê este projeto faz com que empresas, de forma voluntária, possam atuar também, em parceria com o Município, no desenvolvimento de ações que envolvam formação, qualificação, preparação e inserção da mulher no mercado de trabalho. E por que isso? Porque a prática de 28 anos de atuação na linha de frente nos mostra que não basta falarmos das vítimas, que não basta se fazer o registro, que não basta ficar falando, Ver. Cecchim, líder do governo, que as mulheres são vítimas. Se nós não fizermos, se nós não apresentarmos ações afirmativas, preparando essas mulheres para o mercado de trabalho... Pois a grande maioria, além de depender emocionalmente do seu agressor, também depende financeiramente dele. E, quando nós temos a marca social instituída, falando que nós queremos que empresas qualifiquem, preparem, insiram mulheres no mercado de trabalho, Ver. Bobadra, nós estamos também, de certa forma, diminuindo a violência intrafamiliar, adotando posturas e comportamentos que realmente promovam o bem estar social da mulher, dos seus filhos, que deem segurança a essa família para efetivamente quebrar o ciclo da violência. Por isso, conclamo os vereadores homens que também têm filhas, que têm irmãs, que têm sobrinhas e afilhadas, que têm mães, que votem conosco, pois eu tenho certeza vereadoras Mônica e Biga, de que nós votaremos “sim” no primeiro dia de março, mostrando que a Câmara de Vereadores, através da Procuradoria Especial da Mulher e através de todo o seu Parlamento está dizendo: “basta de violência doméstica”, está dizendo que nós queremos as porto-alegrenses cada vez mais fortalecidas e que as empresas recebam a marca de responsabilidade social contra a violência intrafamiliar, mostrando uma Porto Alegre mais amiga dos empresários que se dispõem a cuidar, preparar e qualificar mulheres vítimas de violência, e que assim seja. Violência não, nunca, contra ninguém, e principalmente contra mulheres! Muito obrigada.
(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.ª Biga Pereira está com a palavra para discutir o PLL nº 614/21.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Ocupo, mais uma vez, esta tribuna, Presidente Sossmeier, e chamo a atenção das vereadoras e dos vereadores sobre esse projeto da Ver.ª Nádia. Eu quero saudá-la pela apresentação desse projeto, saudar as empresas que contratarem, efetivamente, essas mulheres. Eu acho que são atitudes como essa, Ver.ª Nádia, que faz com que a sociedade porto-alegrense pense o seu papel enquanto sociedade, em enfrentar o problema da violência doméstica. Nós ficamos estarrecidos com todo tipo de violência. Eu inclusive, aqui, quero dizer que quando um vereador ocupa o microfone e, por vezes, tenta desqualificar a intervenção de uma vereadora, isso se chama violência política de gênero. Nós, inclusive, estamos entrando com um projeto aqui que trata exatamente da falta de decoro parlamentar quando um vereador tenta desqualificar, diminuir a intervenção das vereadoras. Portanto, eu quero dizer aqui que sou parceira deste debate, Ver.ª Nádia, assim como, na semana passada, nós reunimos a bancada feminina e lá, Presidente Sossmeier, eu apresentei a proposta para que nós, toda a Câmara de Vereadores, pudéssemos fazer uma ação conjunta de reunir todas as comissões e todo vereador e toda vereadora que tem um projeto para as mulheres, que nós fizéssemos esse gesto para cidade, mostrando o esforço desta Casa em aprovar e dizer: “Aprovamos tantos projetos no dia 8 de março, projetos que impactam de verdade a vida real das mulheres”. Portanto, Sr. Presidente, eu reafirmo essa necessidade de nós termos esse esforço para que, nesta semana, que nós homenageamos as mulheres que vieram antes de nós, e que nos traz o Dia Internacional da Mulher como um dia não só de homenagem, mas de luta, para que as mulheres ocupem verdadeiramente o seu espaço também na política. Era isso. Muito obrigada.
(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº 614/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha este debate, principalmente as mulheres, que são maioria da nossa cidade. Sim, as

mulheres são maioria na nossa cidade. E a nossa cidade não está sozinha, o Brasil é um país com muita violência contra as mulheres, a cada hora, 30 mulheres são agredidas; a cada dez minutos, uma mulher é vítima de estupro no Brasil. Isso é escandaloso. Isso é um absurdo! E até hoje parece que o Estado brasileiro não olha para as mulheres como deveria olhar. E aqui me refiro aos deputados da última legislatura que, na sua maioria, penalizaram as mulheres na reforma da previdência. Sim, a direita, para instalar marca de responsabilidade social contra a violência doméstica, vai ter o nosso apoio – nós, da esquerda, vamos apoiar - porque essa é uma pauta que a gente apoia, porém, a mesma direita, no Congresso Nacional, resolveu aumentar o tempo de contribuição das mulheres. É uma contradição: as deputadas e os deputados lá da base do Bolsonaro aprovaram a reforma que penalizou a mulher brasileira. E sabem o que é que a mulher brasileira faz? Faz jornada tripla, porque ainda a sociedade machista incumbe a ela criar os filhos, incumbe a ela o trabalho doméstico – lavar a louça, cozinhar, passar, tudo isso ainda fica para mulher. Além de ela, agora, estar no mercado de trabalho, e, mesmo estando no mercado de trabalho, vejam como é violento o mercado de trabalho, mulheres desempenham a mesma função que homens e recebem menos, até em funções de liderança, em várias empresas, a mulher recebe menos. Então, precisamos rever isso também, rever a forma como a gente trata as mulheres em todas as dimensões. Este projeto é meritório, ele é importantíssimo, mas nós temos que lembrar que, hoje, uma professora vai ter que trabalhar sete anos a mais do que trabalhava antes para se aposentar. E sabem o que uma professora faz, muitas vezes? O marido a abandonou, e ela cria os filhos e cuida da casa e paga a prestação do carro e a prestação do apartamento e depois ainda paga para o filho estudar, porque ela quer uma educação melhor. E ela está sozinha e agora ela foi penalizada pela reforma previdenciária bolsonarista! Vai ter que trabalhar mais sete anos! Então, nós temos que olhar o conjunto da obra, o conjunto da obra é nefasto à mulher brasileira. A direita, às vezes, simula. Então, observem que, aqui em Porto Alegre, esta mesma vereadora que propõe o selo, que é positivo, votou pela reforma da Previdência Municipal que penalizou as professoras. Vejam a contradição: por um lado ela quer o selo, e eu concordo

com ela, vamos trazer esse selo; mas, pelo outro, ela penalizou as nutricionistas, as enfermeiras, as técnicas de enfermagem, as monitoras, e ela veio aqui e defendeu o selo. Mas ela deveria fazer a leitura que a maioria das trabalhadoras servidoras públicas de Porto Alegre hoje estão tendo que trabalhar mais para se aposentar, e isso é ruim, isso é péssimo. Então, não é só selo que é fundamental, eu acho. E nós temos que votar de forma unânime, mas é preciso também ter coerência em todos os projetos, coerência de olhar para todas as mulheres, coerência não só para algumas. Essa mesma vereadora se aposentou aos 45 anos de idade, mas para as professoras ela votou: "Fiquem trabalhando mais, passem dos 50, dos 60 de preferência". E eu não me calo, eu venho aqui para trazer a contradição, então, você que está nos assistindo aí assistam as sessões antigas da Câmara e vejam como as pessoas se pintam diferente a cada momento.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.ª Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLL nº 614/21.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Presidente Sossmeier, vereadores e vereadoras, inicialmente cumprimento a autora por este projeto que institui a Marca de Responsabilidade Social contra a Violência Doméstica. Certamente nós, mulheres, combatemos, somos contra qualquer tipo de violência contra a mulher, não só a violência física, a violência psicológica, patrimonial, entre outras. Iniciamos o mês de março, em que se comemora, no dia 8, o Dia Internacional das Mulheres, tem uma longa história, comemorado mundialmente. E o que nós vimos nos últimos tempos? Nós vimos, sim, alguma evolução, as delegacias, as próprias ações tramitando, a Lei Maria da Penha, então, temos alguns avanços na proteção à mulher, mudando o cenário de pessoas que, muitas vezes, precisam de um tratamento. Muitos homens que, hoje, cometem esses atos de violência desconhecem toda a legislação existente e todas as consequências que levam também à detenção, à reclusão por atos contra as mulheres.

Nós, aqui na Casa, como em outras câmaras municipais, também evoluímos. Temos a Procuradoria Especial da Mulher, podemos tratar dos casos que nos chegam, encaminhando para as autoridades. Também nos últimos tempos, temos as casas que recebem as mulheres que sofreram violência, que a justiça encaminha, como outros abrigos para as horas difíceis. Falta muito? Lógico que falta, porque, há poucos anos, começamos a discutir a violência contra as mulheres. E mais, em termos de legalização, de legislação, ou de Legislativo, nós ainda batalhamos para aumentar os nossos percentuais. Por enquanto, ainda estamos na esfera dos 10% a 15% de mulheres parlamentares, que são aquelas que devem se preocupar em aprovar as leis em prol das mulheres, de outras ações públicas que venham beneficiar as mulheres, principalmente aquelas que são mães e que sofrem abuso, que sofrem violência. Nós, aqui na Câmara, estamos agora, vejam bem, com 9 vereadoras, tínhamos 11, mas, na hora da substituição por alcançarem outros parlamentos, nós diminuímos, não tivemos mulheres para substituir, então, são mais 2 homens. Não se trata aqui de uma questão de luta de homens contra mulheres. Não, nós temos que elevar esse percentual, porque, no momento em que nós elevamos, nós damos oportunidade para outras mulheres também alçarem voos, conquistarem novos cargos e não ficarem em expressões de cargos subalternos porque não temos, de repente, uma mulher que esteja acima para puxar as demais mulheres. Se fala em sororidade, vamos praticá-la valorizando as mulheres e as mulheres entre si se valorizando, porque tudo isso resulta em mudança de cenário, resulta em mudança contra a violência. E também às delegadas que estão nas delegacias especializadas das mulheres, o nosso reconhecimento pela atuação, as próprias inspetoras, a recepção nas horas difíceis, isso tudo repercute e tem um grande resultado para que o homem sinta que ele não pode fazer o que bem entende com aquela mulher que está sob o mesmo teto ou que seja uma pessoa que tenha um outro relacionamento. Mais uma vez, cumprimento a Ver.ª Comandante Nádia por este projeto, que seremos favoráveis. Obrigada.
(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir o PLL nº 614/21.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, é impressionante que até num projeto bom, que parece até ser consensual, nós tenhamos, Ver. Ramiro, vereadores que conseguem atacar o carteiro e não a mensagem. Nesse sentido, quero cumprimentar a Comandante Nádia, valorosa mulher, respeitada militar, vereadora desta Casa, que traz esta pauta neste mês, que é o mês das mulheres. Então nós vamos encaminhar "sim" ao texto e "sim" à emenda, e queremos ressaltar que o lugar da mulher é onde ela quiser; se ela quer estar em casa, cuidando dos filhos, provendo alimentação, se ela quer estar protagonizando, como a minha chefe de gabinete, Sâmila, que é competente – não é minha chefe por ser mulher, mas porque é competente –, suplente de vereador desta Casa, trabalhadora pela liberdade que, com muito mérito, é meu braço direito, e acontece de ser mulher, assim como a Ver.ª Mari Pimentel, que com maestria exerce seu cargo na Comissão de Finanças, empreendedora, reconhecida, visita as escolas, fala porque sabe, sabe porque está por dentro do processo, fala porque quer ajudar, quer ajudar o governo, que, inclusive, Melo, ajudou a evitar a volta da esquerda a essa capital, no Paço, o que seria uma tragédia. Por isso, quero cumprimentar e com toda essa minha fala ressaltar a importância da mulher, do seu papel. E esse estímulo, a marca de responsabilidade social contra a violência doméstica; então, recebe todo o nosso apoio, recebe todo nosso carinho, por que a não violência precisa ser uma pauta de senso comum. E digo mais: não é uma matéria municipal, mas acontecem no Município esses episódios, mas nós precisaríamos apertar ainda mais a legislação contra esses bandidos que ousam adentrar na violência doméstica; por isso, fica o nosso cumprimento, a nossa defesa da Ver.ª Comandante Nádia, pelo seu trabalho, pela sua importância, pela representatividade que tem, não só nesta cidade, pois em outras eleições já fez 30 e tantos mil votos, como deputada estadual, candidata ao Senado – foi escolhida pela sua competência e com legitimidade traz. Então a minha

homenagem à Nádia, à Sâmila, à Mari e a tantas mulheres protagonistas; o lugar de vocês é onde vocês quiserem. Muito obrigado, Sr. Presidente.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.ª Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLL nº 614/21.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Colegas, eu sou uma vereadora, uma parlamentar movida a entusiasmo por causas, e este projeto é extremamente importante na medida em que foi registrado aumento de feminicídio nos dois últimos meses deste ano, com tantas campanhas. Nunca se teve, na história da mulher, dessa luta, tanta divulgação e uma campanha tão clara contra esse tipo de crime que ataca as mulheres e que acontece no coração das famílias, dentro dos lares. A violência doméstica representa, segundo a ONU, a maior causa de mortes violentas de mulheres em todo o mundo. Nada mais importante do que projetos com esse teor, que visem justamente a priorizar as mulheres que sofrem pela violência doméstica e que tenham esse apoio em situação de violência, e eu diria mais, que são sobreviventes do feminicídio, que elas recebam essa possibilidade de trabalho. Diz aqui no projeto: promover a inserção de mulheres vítimas de violência doméstica no mercado de trabalho, e isso consequentemente propicia que assim consigam sair do ambiente em que se encontra o agressor, e que na grande maioria das vezes essas mulheres, por não terem a independência financeira – e essa independência emocional só acontece com a independência financeira –, elas não têm chance, elas não têm possibilidade. Então, no momento em que, em parceria com município de Porto Alegre, um projeto priorizar ações que envolvam a formação, a qualificação e a preparação, a inserção dessas mulheres vítimas de violência, nós estaremos dando um grande passo. Parabéns à autora do projeto que é extremamente importante.
E por último eu gostaria de sugerir, Ver. Jonas, que o senhor leia o jornal de hoje: Governador Leite pode protocolar hoje reajuste de professores... Está aqui: servidores da educação estadual e nas ações de combate à estiagem, mas em

especial a educação. A proposta de reajuste de 9,45 para todos os níveis da educação gaúcha, incluindo profissionais da ativa e aposentados com paridade. Então o que eu quero deixar claro é que o governador Eduardo Leite está cumprindo uma promessa de campanha. E vejam bem, não estou falando do governador do meu partido, mas nós temos que ser justos. Muito importante, o primeiro pré-requisito de um político é ser cumpridor das suas promessas, da sua palavra; palavra dada é missão cumprida. E eu quero cumprimentar aqui na tribuna da Câmara de Vereadores da capital do Rio Grande do Sul esse cumprimento de palavra do governador Eduardo Leite, com o reajuste dos professores. Parabéns.
(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLL nº 614/21.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Sr. Presidente, colegas vereadores e vereadoras, eu subo à tribuna para reforçar o debate que esta Casa faz hoje sobre a violência e a discriminação que sofrem as mulheres; que sofrem as mulheres de todas as gerações e de todas as classes sociais. Agora, as que mais sofrem são aquelas desprotegidas, que não possuem os benefícios da urbanidade ou da afirmação da cidadania.
Portanto, eu quero cumprimentar a Ver.ª Nádia, e dizer oxalá, vereadora, que possamos debater muitos temas em comuns. Até por que eu tenho excelentes recordações suas, quando o Tarso Genro lhe empossou como a coordenadora da Maria da Penha. Eu lembro daquelas fotos, na Lomba do Pinheiro, a senhora abraçada com o Tarso Genro, construindo esse projeto. Então, acredito que nós precisamos resgatar posturas e temas que unifiquem os entendimentos. Tem alguns temas que não podem ser tratados, Ver. Cassiá, com o ódio sectário, ideológico, não podem. É pena que o senhor não esteve lá, Ver. Cassiá, naquele excelente ato. Mas também lamento, Ver.ª Comandante Nádia, que, na época, esteve conosco a primeira secretária das mulheres do Rio Grande do Sul, a Santana, que faleceu logo depois. Depois veio a gestão do governador Sartori e

extinguiu a secretaria da mulher. Eu acho que nós temos que lutar para que qualquer governo, seja municipal, estadual e federal, possa ter as secretarias das mulheres, Ver.ª Biga. E dizer que estou muito feliz também porque eu trabalhei, ajudei a eleger, no meu partido, a primeira mulher negra, deputada federal pelo Rio Grande do Sul que é a Denise Pessôa. E aí, Ver.ª Nádia, a Denise protocolou seu primeiro projeto que vem ao encontro do seu na esfera nacional, que criou o primeiro projeto na Câmara Federal para garantir o benefício previdenciário para as mulheres vítimas de violência. As mulheres, vítimas de violência, hoje, são obrigadas a ficar em casa, mas ficam desprotegidas, ficam sem salário, e a Denise Pessôa protocolou este primeiro projeto para dar efetividade à Lei Maria da Penha sem onerar os empregadores e, ao mesmo tempo, neste período de afastamento não vai aumentar a discriminação, a contratação das mulheres que são agredidas. Então esses dois projetos convergem no âmbito municipal e no âmbito federal. Eu creio que inclusive, no Município de Porto Alegre, nós poderíamos avançar em outros benefícios principalmente para aquelas mulheres que estão protegidas, que são agredidas e que estão sob proteção, melhor dizendo, que o seu projeto aponta para isso. E eu termino aqui dizendo que, também no último dia 14, o Presidente Lula assinou o decreto do Minha Casa, Minha Vida – a preferência número um para as mulheres donas das casas, principalmente as mulheres que são desprotegidas ou que são mães solteiras. Então a casa fica em nome da mulher, que é uma outra medida protetiva. Então sobre esse conjunto de políticas hoje aqui falo com muito carinho, votarei favoravelmente ao seu projeto, Ver.ª Comandante Nádia, e dizer que essas políticas são do município à Nação; gostaria de lhe ver em outros projetos junto como aquela lembrança que tenho quando o Tarso empossou V. Exa. como coordenadora da Lei Maria da Penha, lá na Lomba do Pinheiro, e a senhora fez um excelente trabalho. Muito obrigado. (Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.ª Fernanda Barth está com a palavra para discutir o PLL nº 614/21.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PODE): Boa tarde a todos que nos escutam, eu acho o projeto que está sendo apresentado pela colega vereadora de extrema importância, e não é só porque a gente está no mês da mulher, é porque a gente precisa valorizar esse tipo de ação, todo tipo de ação que também ajude a ampliar a rede de proteção da mulher que sofre violência, porque não adianta a gente ter quinhentas mil leis que protejam a mulher, se a gente não tem efetivamente uma rede de proteção que funciona, que reinsere, que dá oportunidade, que realmente protege, que abriga e que dê as condições para que essa mulher não seja obrigada, por questões de necessidade material, a voltar para a casa do agressor. Então tudo isso tem que ser levado em consideração. Mas eu queria aqui destacar que eu gostaria de ver a mesma veemência do Ver. Jonas, que vem aqui e consegue criticar um projeto maravilhoso desses, em relação à vereadora petista de Cuiabá que demite mulher grávida e a Câmara terá que pagar indenização. Ou seja, é um discurso e uma prática diferente. Isso vale uma moção de repúdio; não vale, Ver. Jonas? Vereadora petista demite mulher grávida. Mas o que é isso? Mas que falta de sensibilidade! Existem leis e regras para esse tipo de coisa. Então é muito bonito quando a gente consegue desmascarar a hipocrisia reinante de alguns colegas aqui, que enchem a boca para vir criticar projetos absolutamente meritórios, mas que não conseguem olhar para dentro da própria casa, para dentro da própria sigla partidária.

Já encerrando, mas sem poder dizer diferente, hoje a gente tem mais uma consideração a fazer. Esse governo recém-eleito, de 60 dias de puro ódio e revanchismo, não para de produzir frases absurdas, que nos deixam entre perplexos e chocados. Algumas, eu insistentemente falo para os meus amigos: “Não, isso não pode ser, só pode ser um meme”. Eu não acredito que uma pessoa, na presidência da República, consiga dizer que, se alguém passa fome no Brasil hoje, é porque tem gente que está comendo demais, ou seja, esse Presidente não para de se superar em frases absurdas, colocações sem lógica. Eu poderia chamá-lo até de gordofóbico, não poderia? Porque, se tem alguém passando fome, é porque tem alguém comendo muito. Isso vai dar briga dentro da equipe ministerial dele, imagino. Por favor, vamos levar mais a sério o País,

vamos falar sobre o ridículo aumento de R$ 18,00 no salário mínimo, sobre o Fundo de Garantia, que eles não cessam em querer meter a mão, sobre a questão absurda, agora virou "reoneração" do preço dos combustíveis, "reoneração" do imposto sobre os combustíveis. A rede Globo não tem vergonha na cara. Ao invés de assumir que o governo está aumentando o preço do combustível, que vai afetar quem ganha menos e vai escalar o aumento de preços generalizado, num efeito dominó, vai prejudicar quem tem menos, vai prejudicar quem é mais vulnerável, eles falam em "reoneração". É que nem aquele "despiora". Agora ele vai "desaumentar", não, ele vai "desdiminuir"; esse neologismo petista é para encobrir incompetência e safadeza. Muito obrigada.
(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o PLL nº 614/21. (Pausa.) A Ver.ª Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Presidente, vereadores; aqui a gente tem que ser igual ao pingo d'água: tanto bate até que fura. Aqui a gente vai fazer a grande oposição, ferrenha e responsável, muito responsável. Quero dizer aqui que ninguém chuta cachorro morto, adoro isso, minha avó já dizia que cachorro morto não é chutado, Cecchim, Cassiá, porque não dá! Aqui tem vereadores do PT que sobem para ter palanque, para ter pauta, bater na Ver.ª Comandante Nádia é bom, dá palanque! Venham aqui falar em mim, venham falar de mim porque é bom; o nome da Comandante Nádia tem muita, muita repercussão na rua. E eu vou dizer, repercussão boa! PT, PSOL, PCdoB, que adora bater... Aliás, eu vi homens aqui batendo numa vereadora mulher, estou me sentindo muito desprestigiada – assim que falam, não é? –, estou me sentindo até acuada. Ora, o Ver. Jonas, do PT, vem aqui falar da minha idade! Que inveja, machismo, não autorizei falar da minha idade; aliás, o projeto não fala de mim, fala de mulheres vítimas, e de vítima eu não sou nada. É bom que a população saiba desses falsos, falaciosos; falsos, enganadores, querido Ver. Gilson, que falam que são a favor do pobre, a favor do trabalhador, mas que na

realidade, na prática, só engodo. O vereador do PT vem a esta tribuna, por certo, falar da minha profissão porque ele tem inveja, nunca conseguiria ser, nunca estaria na Brigada Militar.

A secretaria das mulheres, Ver. Engº Comassetto, foi extinta, sim, pelo governador Sartori, depois que a ex-presidente Dilma terminou com a secretaria nacional das mulheres. Que engraçado, dois pesos e duas medidas: a Dilma pode acabar com a secretaria nacional das mulheres, ninguém bateu na tal Dilma; agora, o Sartori acompanhou a presidente, acompanhou, teve alinhamento, transformou a secretaria num departamento, porque aquela secretaria tinha 80 CCs – 80 cargos de confiança! – que não trabalhavam para as mulheres do Rio Grande do Sul, estavam espalhados, com bandeiras, fazendo campanha política. E quando, ao invés de a secretária passar a função para a nova secretária, tinha uma estagiária, uma única estagiária lá para entregar toda a documentação destruída, que de secretaria das mulheres não tinha nada. Era mimimi. E vou dizer para vocês, não é apenas selo e não é marca, não é fazer de conta que, como alguns vereadores vieram, nós queremos mulheres capacitadas. Chega de tratar mulher vítima de violência como coitadinha, chega de revitimizar aquela mulher que já está doída, chega de usar a mulher vítima como palanque para ganhar voto. Eu trago ação afirmativa; ação, Ver. Tiago, que vai fazer a diferença, sim, na vida das mulheres. Como foi a Patrulha Maria da Penha, que eu criei, que o comandante-geral da Brigada Militar me empossou, e fosse o governador Tarso, o governador Maria, o governador seja lá o que for, a Brigada Militar é do Estado e não é de governo; independe, se é governo do PT, do PCdoB, do que seja que for, a Brigada trabalha sem olhar a quem e a todos. Acontece que tem vereador de esquerda que não sabe o que é entrega, que não sabe o que é trabalhar para o povo independentemente de ideologia. Tem alguns que trabalham só para o seu umbigo. Isso aqui é ideologia, é hipocrisia que fazem aqui nesta tribuna, e eu não vou me calar, eu não vou me calar, porque aqui tem uma mulher que não chegou aqui porque é um quociente. Eu estou aqui porque eu tenho competência. Eu fui a coordenadora da Patrulha Maria da Penha porque eu tenho conhecimento e fiz por merecer. É óbvio que o governador Tarso queria alguém muito competente

para coordenar aquela patrulha e o que o comandante-geral me indicou. Visibilidade, eu quero mulheres que sejam visíveis, eu quero mulheres que tenham igualdade, e por isso nós aqui, nesta Câmara, aprovamos a previdência de Porto Alegre para homens e para mulheres – não tem distinção. Que palhaçada é esta? A mulher que quer igualdade, mas ela quer ser tratada diferente, quer entrar na política, quer ir para chuva, vai se molhar. A previdência foi votada, Ver. Jonas, para homens e para mulheres. Não venha colocar na minha boca que eu estou castigando mulheres; então, eu também estou castigando homens. Eu quero homens e mulheres com direitos iguais, todos com possibilidades e oportunidades. Eu sou mãe de três homens, e quero meus filhos também com tantas possibilidades quanto as mulheres deste Estado do Rio Grande do Sul. Obrigada.
(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 614/21.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, Ver. Hamilton Sossmeier, colegas vereadores e vereadoras, é difícil não falar depois da fala da nobre colega, V.Exa., Ver.ª Comandante Nádia, pela tamanha *fake news* que propagou aqui numa sessão direta da Câmara Municipal de Porto Alegre. Eu era deputado estadual, Ver. Cecchim, fui na posse da hoje vereadora, na época comandante do 19º Batalhão, da região leste de Porto Alegre. E a Patrulha Maria da Penha dialogava exatamente com o que nós estamos debatendo: a redução da violência contra mulher, Ver. Alex. Agora, a vereadora vem aqui numa proposição, que nós vamos votar favorável, tentando falar que quem deu a possibilidade para ela estar à frente de um órgão público para mostrar que o nosso governo – governo Tarso Genro, na época – tinha uma enorme sensibilidade sobre esse tema e na redução de violência. Eu pergunto se a Ver.ª Nádia está ouvindo, eu fiquei prestando atenção na sua fala, mas ela é assim: é mais que negacionista, ela fala e foge do debate. Ela falou mal da Secretaria de Políticas para Mulheres, Ver. Airto Ferronato, que foi constituída no governo

Tarso Genro. Sabe quem foi a secretária? A primeira mulher secretária na primeira Secretaria de Política para Mulheres no governo do Rio Grande do Sul, a nossa querida Márcia Santana, que nós deixou prematuramente, em pleno exercício do seu mandato, e que era uma lutadora incansável na defesa da redução dos feminicídios, com políticas para as mulheres. E aí nós ouvimos alguém aqui com uma posição, eu diria mais que audaciosa, radicalizada, de não reconhecer quem a criou. Alguém conhecia a Nádia, a Ver.ª Nádia antes de ser comandante do 19º Batalhão ou antes da Patrulha Maria da Penha, em Porto Alegre? Não! Era uma policial, como toda e outra, não menosprezando a função. Foi a partir do governo Tarso Genro que se aumentou o número de vagas dentro da corporação para as mulheres. É lamentável que no mundo da política existam pessoas dessa natureza, uma colega vereadora que não reconhece de onde vem e por onde passou. Eu, Ver. Cecchim, teria enorme gratidão em dizer, Ver. Cassiá, àquele cidadão, sejam governadores, prefeitos, cidadãos de Porto Alegre, que nos dão a oportunidade de vir aqui na tribuna, falar e defender as políticas sociais ou fiscalizar os serviços públicos. É lamentável que tenhamos colegas dessa natureza representando um segmento da sociedade e que não reconhecem a grande verdade do seu passado, que só existe um passado positivo porque alguém, naquele momento, os colocou naquele cargo e naquela posição. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 614/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**
Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jessé Sangalli, o PLL nº 614/21. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 34 votos **SIM**. Parabéns aos autores.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo documento firmado pelos vereadores Jessé Sangalli, líder da bancada do Cidadania; Mauro Pinheiro, líder da bancada do PL, e Psicóloga Tanise Sabino,

líder da bancada do PTB, por meio do qual comunicam a constituição de bloco partidário, composto pelas citadas agremiações (documento 0513043, SEI nº 220.00050/2023-33).

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Hoje foi debatida, na reunião de líderes, exatamente essa questão que levanta o ilustre diretor legislativo, Luiz Afonso. A minha pergunta para a Mesa é a seguinte: sendo formado esse bloco, contra o qual eu não tenho nada, mas ele traz uma alteração numérica na assessoria técnica da comissão do Plano Diretor?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Olha, vereador, nem foi discutida a questão da assessoria técnica. Esse assunto ainda não foi discutido. Ele vai alterar, sim, a proporcionalidade. Não fizemos a conta ainda. Vou fazer o cálculo agora, porque acabou de chegar. Agora, a questão da assessoria técnica acho que será tratada posteriormente.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Sim, mas a proporcionalidade altera.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Altera, porque são seis vereadores; então eles passam a ter duas vagas fixas.

Vereador Pedro Ruas (PSO): Muito obrigado.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem de priorização de votação, para que possamos, logo após a a discussão e votação do PLCE nº 017/22, passar à votação do Requerimento n° 032/23. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.ª Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Informo que, no dia 28 de fevereiro de 2023, durante a 003ª Reunião Ordinária da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR, a Verª Biga Pereira foi eleita e empossada vice-presidente da Comissão (documento 0512286, SEI nº 008.00001/2023-51).

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o PLCE nº 017/22. (Pausa.) O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente Hamilton Sossmeier, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; este é um projeto simples, porque ele esclarece alguns itens do projeto que já tínhamos votado no caso das empresas de alta tecnologia e nós estamos deixando claro que as empresas de alta tecnologia, de informática, de inovação tecnológica, no Município de Porto Alegre, o programa Creative, que dá oportunidade às empresas que queiram se instalar em Porto Alegre. Nós queremos trazer empresas de tecnologia para Porto Alegre. As que já existem... Todos dão exemplo do Tecnopuc, que gera muitos empregos com um crachá bem mais valorizado – crachá é o salário mais alto –, qualificado. A empresa que se instala em Porto Alegre merece ser tratada com muito respeito pelo Município, e é isso que nós estamos votando. Eu peço para os vereadores, todos, este não é um projeto de situação ou oposição, é um projeto da cidade para desenvolvimento. Se nós tivermos mais desenvolvimento econômico, teremos, certamente, mais desenvolvimento social.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLCE nº 017/22.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Hamilton Sossmeier, vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra na Casa e pela TVCâmara; esse é um tema complexo, e eu quero aqui, Ver. Cecchim – eu vou me dirigir

muito mais ao governo, porque sei da responsabilidade e da seriedade do trabalho de V. Exa. –, dizer que eu tenho uma divergência histórica nesse tema e V. Exa. conhece, e o maior respeito pelo seu trabalho, mas eu quero dizer o seguinte para as senhoras e para os senhores: vejam só, a todo momento, surgem situações para as quais precisamos de recursos, aqui e acolá, via de regra para pessoas necessitadas evidentemente, pobres, às vezes em situação de insegurança alimentar, e não há recurso; sempre o argumento, Ferronato, do Executivo, que faltam recursos. Queria fazer melhor, mas falta recurso. Ali no CRAS Glória, da FASC, as pessoas vão, via de regra mulheres, às 6h, Ver. Oliboni, para a fila para pegar uma cesta básica. E às 8h30min, quando abre, já não tem mais; às 9h acabou, não tem nada. E a gente reclama. Faltam recursos. Eu entrei em contato com a FASC, vocês sabe disso. O Município entregava 10 mil cestas básicas por mês, precisava entregar 50 mil! Seis mil, diminuiu, de 10 mil, Ver. Engº Comassetto, para 6 mil. São 5 mil *vouchers*, cartões de R$ 200 reais, e mil cestas básicas. Eram 10 mil, Ver. Ferronato, Ver. Oliboni, passou para 6 mil, e aí a gente entra em contato com a FASC, o que a FASC argumenta, que não há recursos. Bem, eu até não estou duvidando que não haja recurso, mas o que eu estou afirmando é que haverá menos ainda, porque nós temos, mensalmente, um projeto de isenção aqui na Casa, isenção tributária, mensalmente. Vejam só, com a proposição desta legislação nova, deste projeto, há um parágrafo único que passa dizer que o fomento mencionado no *caput* deste artigo, aquele da alta tecnologia, dar-se-á por meio da concessão de redução da alíquota do imposto ISSQN na forma do disposto nesta lei. Bem, mas aí qualquer um pode entrar; aí o governo pode incluir qualquer um, qualquer empresa pode ser incluída; então, passa de 5, 4, 3% para 2%. Mas isso, de parte do governo – e não me dirijo aos vereadores aqui, que respeito muito –, é uma irresponsabilidade, isso tem um nome na lei chamado renúncia fiscal, porque todos passam a poder entrar no Programa Creative, todos, nem que não tenham alta tecnologia porque cai a definição, cai o parágrafo único que define o que é e muda-se o *caput*.

Concluo, Presidente, dizendo que não há como não ficar indignado com a falta de recursos em Porto Alegre para programas e projetos sociais importantes

quando, a todo momento, a todo instante, nós temos projetos de renúncia fiscal, de renúncia de tributos, de renúncia de dinheiro público para a população. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Só para complementar a fala do Ver. Pedro Ruas, essa legislação já existe, estão sendo feitas só algumas pequenas alterações. Essa isenção já existe, não tem mudança nenhuma, são só alguns detalhes que estão sendo ajustados para melhorar ainda mais a lei, não tem invenção da roda.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Respeito a opinião da Ver.ª Cláudia, e pode usar tribuna neste sentido, mas ela falou em complementar a fala. Não, a minha fala não foi complementada pela sua; a sua opinião é uma e a minha é outra, e eu tenho maior respeito pela sua, mas não complementou a minha. Só isso.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro.
Em votação nominal, solicitada pelos vereadores Jonas Reis, Pedro Ruas e Aldacir Oliboni, o PLCE nº 017/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM**; 9 votos **NÂO**.

Vereador Jonas Reis (PT): Sr. Presidente, quero fazer uma declaração de voto firmada pelo PT, que votou contrário a esse projeto. A Procuradoria da Casa fez um parecer, pediu os dados do impacto financeiro dessa medida, e o governo não trouxe esse documento. Então, nós temos que respeitar o trabalho dos servidores da Casa. Se nós temos um procurador, dois, mais pessoas trabalhando nessa área e eles dizem que, para o projeto poder ser apreciado, tem que ter o impacto financeiro, como é que nós vamos votar favoráveis a alguma coisa que vai contra a qualidade do serviço, a qualidade das proposições. Então o PT foi contrário justamente por isso.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Declaro registrada a declaração do Ver. Jonas Reis.

Vereadora Comandante Nádia (PP): Eu gostaria de fazer um convite a todos os vereadores, amanhã às 9h30mi, na sala 302, nós teremos a primeira reunião deste ano, da Frente Parlamentar da Saúde Visual, e a pauta é a comercialização de óculos de grau sem a prescrição médica, que está acontecendo em Porto Alegre, uma coisa bem séria. Já temos a previsão da presença do Simers, da Amrigs, Cremers, Procon, do secretário da saúde, dentre outros, Ministério Público, Judiciário. Eu sou presidente da frente, o vice-presidente, Ver. Idenir Cecchim, deixo aqui o convite para todos os colegas que quiserem participar desta importante frente e desta pauta que é bem relevante para todos nós. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Registrado o convite a todos os colegas vereadores, assessores, enfim.
Em votação o Requerimento nº 032/23. (Pausa.) A Ver.ª Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente, Ver. Hamilton Sossmeier; colegas vereadores e vereadoras, público que nos assiste, nós estamos aqui discutindo, nas mídias e nas nossas internas, com relação às moções. Realmente nós temos um número grande de moções, mas algumas moções são extremamente importantes, e eu acho que nós precisamos ouvir cada uma delas e tirar as nossas conclusões.
Esta moção de solidariedade às famílias de pessoas portadoras de atrofia muscular espinhal visa às pessoas que sofrem muito com a questão da medicação mais cara do mundo, que nós já ouvimos em algum momento falar, que é o Zolgensma. Essa medicação custa quase 12 milhões, ela é aplicada em crianças até 2 anos, se ela não for aplicada até 2 anos, ela não tem mais a eficácia da medicação. Em novembro de 2021, eu protocolei um ofício, no Ministério da Saúde, falando sobre este caso, sobre estas questões voltadas a

este medicamento. Agora, há pouco tempo, foram aprovados pela ANS cinco medicamentos, dentre eles o Zolgensma. O Zolgensma está no rol de procedimentos da ANS, porém algumas regras foram estipuladas: para bebês até seis meses, para AME atrofia tipo 1. Fora da ventilação mecânica invasiva acima de 16 horas por dia faz com que essas crianças não possam receber essa medicação. Nós não temos diagnóstico até seis meses, nós temos o Teste do Pezinho, que ajuda a detectar se existe alguma coisa que não está certa, mas não diz que é um diagnóstico de AME.

Então, para que a gente possa ter esse diagnóstico, nós precisamos de mais tempo. Essa regra inviabiliza que essas crianças possam utilizar essa medicação. E essas famílias precisam continuar judicializando para poderem ter o direito à vida dos seus filhos. Então é muito importante que nós possamos aprovar essa moção de solidariedade às famílias que lutam, há muitos anos, para conseguir o direito de que este medicamento seja disponibilizado no rol da ANS, de forma gratuita pelo Ministério da Saúde. Eu conto com o apoio de todos os vereadores para que nós possamos aprovar, por unanimidade, esta moção de solidariedade. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o Requerimento nº 032/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**. Parabéns, Ver.ª Cláudia.

Vereador Alexandre Bobadra (PL) (Requerimento): Presidente, solicito a retirada de priorização do Requerimento nº 036/23, sendo novamente priorizado, como item 1, na sessão ordinária prevista para a próxima segunda-feira.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Alexandre Bobadra. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação o Requerimento nº 035/23. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre, esta nossa proposição é sobre um caso que está eivado de problemas históricos que o Brasil carrega. O Brasil, durante muito tempo, teve a escravidão, pessoas eram submetidas ao trabalho forçado, condenadas a uma morte, porque é uma forma de matar o ser humano, pedir que ele trabalhe sem condições. E infelizmente isso foi revelado, que uma empresa mantinha condições análogas à escravidão num município da serra, Bento Gonçalves.

Claro que nós sabemos que a maioria dos pequenos empresários, pequenos produtores respeitam a legislação. Agora, acontece que uma empresa, um pequeno grupo atacou a legislação maior e atacou a integridade da pessoa humana. É um direito humano trabalhar e ser remunerado dignamente. E aí coloca em mergulho o Rio Grande do Sul inteiro nessa vergonha, porque nós em Porto Alegre estamos pagando também. Empresários daqui que trabalham corretamente, que pagam corretamente hora extra, dão dignidade aos trabalhadores estão misturados nisso tudo. E lá esta empresa, a empresa Fênix já tinha sido autuada pelo Ministério Público do Trabalho em 2017, tinha Termo de Ajustamento de Conduta não cumprido – empresa recorrente na sua prática nefasta aos trabalhadores. Já tinha sido chamada, não resolveu, e aí mais de 200 trabalhadores numa condição desumana, que inclusive procuraram a polícia, e parte da polícia – aí também temos que fazer justiça – fez vistas grossas, não atendeu o cidadão. Que policiais são esses? Então, todos esses responsáveis precisam ser punidos, e, mais do que isso, o empresário, esse cidadão que mancha a imagem de todos os gaúchos foi lá e pagou R$ 40 mil e está solto! Foi lá e ofereceu no Ministério Público, sabe quanto ele ofereceu? Menos de R$ 3 mil por trabalhador, como danos morais! Isso é um escárnio com o empresariado, com os trabalhadores e trabalhadoras, com todo mundo que quer fazer um trabalho decente, uma construção decente.

Mas tem um outro problema nisso tudo aí, que é a terceirização irrestrita de tudo, que ninguém sabe a quem o trabalhador se remete, a quem ele busca a responsabilidade pelo serviço que presta. Por exemplo, municípios, o Estado contratam várias empresas que simplesmente decretam falência, aí não pagam

13º salário, não pagam o fundo de garantia. Porto Alegre está na justiça com vários processos dos trabalhadores terceirizados em que as empresas são laranjas, não pagam nada e fica por isso. Tem gente que quer se dizer empreendedor, mas, na verdade, são farsantes, são usurpadores, são pessoas indecentes que acabam manchando a imagem de todo mundo. Isso que ocorreu lá, de preconceito, de trabalho análogo à escravidão, tem que receber o voto unânime de repúdio desta Casa, porque não pode um sujeito, uma empresa destruir com um patrimônio, porque o Rio Grande do Sul, gente, foi construído a muitas mãos, de muitas gerações de imigrantes de todas as partes: da África, da Europa, da Ásia e da América do Norte. Nós temos que respeitar a diversidade e respeitar principalmente o trabalhador e a trabalhadora que estão prestando serviço e merecem todos os direitos e condições dignas.

Nós temos que dar um exemplo aqui: aqueles que fazem ainda apologia a algo errado ou fazem algo errado têm que ser punidos, têm que receber uma moralização, e esta Casa precisa fazer isso. Não pode um indivíduo, uma empresa manchar a imagem de mais de 12 milhões de habitantes deste nosso Estado. Nós exigimos respeito e repúdio às condições de trabalho análogo à escravidão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.ª Biga Pereira está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 035/23.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara, mais uma vez eu ocupo esta tribuna para dizer que estamos todos aviltados. Eu fui secretária estadual do turismo, e muito investimos na serra gaúcha, naquele território que nos orgulha pelo enoturismo, pelas nossas vinícolas, por toda simbologia que esse grande destino turístico, esse competitivo destino turístico tem impactado a nossa economia. Portanto não poderíamos deixar passar essa oportunidade de vir aqui manifestar a nossa indignação, sim, porque isso impacta a nossa economia, impacta nossas relações humanas. Não é possível o que vem acontecendo agora. Antes era um

ou outro que se denunciava, que o Ministério do Trabalho resgatava trabalhadores que estavam em situação análoga à escravidão. Hoje são mais de 200 pessoas, e aí surpreendentemente a emenda fica pior que o soneto. A CIC de Bento emite uma nota, dizendo que não tem mão de obra no Rio Grande do Sul. Mas, meu Deus, onde é que estão todos os desempregados do nosso Estado? O prefeito da cidade coloca que são vítimas tanto os trabalhadores como as empresas tomadoras do serviço. Se não bastasse, e aqui eu peço a atenção de todos, que nós precisamos também defender o Poder Legislativo, que hoje está envergonhado por conta de um vereador proferir as palavras em que vicejou a xenofobia, o racismo, que não poupou adjetivos que nos envergonham.

Portanto, eu aqui encaminho, sim, o voto favorável a esta proposição do Ver. Jonas, dizendo, mais uma vez, que nós continuaremos a brindar com espumante, teremos o vinho que nós apreciamos tanto, como um alimento inclusive. Nós continuaremos a defender o nosso enoturismo, como um setor da nossa economia, não só na serra, mas também na campanha. E hoje todos estamos vexados com essa situação. E acho mais, acho que, além de pagar, sim, todos os direitos trabalhistas, porque, a partir da reforma trabalhista, há empresário que acha que não existem mais leis, que tu podes passar por cima de tudo, inclusive tendo mão de obra análoga à escravidão, eu acho que essa empresa, ela precisa sair fora de todas as contratações. Inclusive tem que, sim, ver todo patrimônio que ela tem e voltar para o Estado, promovendo a qualificação para os trabalhadores gaúchos. Eu acho que é o mínimo que a gente pode exigir que o Estado faça essa reparação, em que os gaúchos e as gaúchas estão sendo aviltados nessa que é o nosso cartão de visita para o turismo, que as empresas tomadoras dos serviços terceirizados saibam também que subsidiariamente elas precisam conhecer quem são os terceirizados que elas contratam. Como pode as pessoas serem tratadas dessa forma, em pleno século XXI.

Eu, em ter exercido essa tarefa de secretária estadual do turismo, quero dizer, Sr. Presidente, nós não podemos silenciar, esta Casa precisa dizer ao Brasil todo que nós não compactuamos com a escravidão, nós não compactuamos com

essa cidade de Bento Gonçalves. Nós sabemos que nem todos, obviamente, que estão lá, especialmente o pequeno produtor, nós não compactuaremos com essa conduta xenofóbica, racista, escravista.
(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 035/23.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Prezado Ver. Hamilton Sossmeier, que preside a nossa Casa, vereadoras e vereadores, público que nos assiste; esse episódio dessas empresas da serra – Salton, Garibaldi e Aurora – traz à tona um problema que é possível que seja apenas a ponta do *iceberg*. E como seria a ponta do *iceberg*? Seria nas seguintes circunstâncias: se outras empresas, em outros setores produtivos, ou há muito tempo tenham essa mesma prática, nós estamos diante, sim, da ponta do *iceberg*, porque isso é inacreditável. O Rio Grande do Sul dificilmente pode passar neste século, contando daqui para trás, evidentemente, não se conhece o futuro, mas é uma vergonha baseada num crime que gerou lucros. Isso que é importante que as pessoas tenham claro. Como se dá o processo de produção? Como se dá o processo de disputa de mercado e como a escravização entra nisso? Porque não há a menor dúvida, não há qualquer questionamento de que a escravização, ou seja, o trabalho análogo à condição de escravos, que é o que a lei penal define como crime, estava presente ali. E presente de forma brutal, constatada, provada com depoimentos, enfim. Mas o que é exatamente isso? Repito: a ponta do *iceberg*. Há muito mais coisas a descobrir, seja em relação ao passado, seja em relação à extensão do problema. Eu não posso afirmar, mas eu sou um advogado de trabalhadores muito antigo, muito antigo. Comecei a advogar com 21 anos, tenho 67; eu conheço essas coisas. Então, eu fico desconfiado, bem desconfiado do que ocorreu nesse período. Fico bem perplexo até. Mas eu vou dar de barato aqui, Ver. Robaina, que não é a ponta do *iceberg*, seria todo o *iceberg*. Isso é uma concessão, estou fazendo aqui uma concessão para fins de argumento. Tem que haver punição não apenas de caráter pecuniário, multa, indenização.

Isso é o óbvio, isso é o elementar, isso é o básico! Isso aí é algo que ninguém discute, provavelmente nem os empresários envolvidos. Mas eu falo do crime da escravização.

No direito do trabalho tem uma figura chamada de responsabilidade subsidiária. Ela, via de regra, entra exatamente no pagamento dos direitos por aquele tomador de serviço que não pagou, mas o contratante maior fica responsável. Pois a subsidiariedade, na minha opinião, se dá também com relação ao crime. Eu não acredito que, no processo produtivo dessas empresas, os donos das empresas não conhecessem como se dava a atividade laboral no cotidiano. Não acredito! Não é crível que isso aconteça. E a fiscalização? Não havia? E não sabiam o quanto recebiam, se havia salário, onde dormiam, o que comiam? Se apanhavam, se não apanhavam? Se levavam eletrochoque ou não?

Então, Presidente, eu concluo dizendo que é muito lamentável. A moção vai refletir a posição de Porto Alegre, uma posição séria, importante, a capital do Estado precisa ter posição, precisa se manifestar. Nós vamos bem além disso, nós temos que ir à questão do crime. Essas empresas ou empresários estão incursos em nível de Código Penal. Nós temos que ver aquela eventual punição do vereador, nós temos que ver o que houve afinal, quando alguns trabalhadores procuraram a polícia. E, segundo o relato do jornal *O Pioneiro*, erraram procurando a polícia. Então, tem muita coisa para investigar, e, nesse episódio, tudo está errado. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 035/23, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Hamilton, essa moção é muito importante porque, de fato, nós necessitamos intensificar a pressão para que haja investigação e para que haja punição. Essas empresas ligadas a esse crime alegam que não são responsáveis pela terceirizada que contrataram, e elas são responsáveis. E o Ministério Público, tanto já afirmou essa

responsabilidade, que entrou numa negociação para que haja algum tipo de indenização. O Ministério Público portanto sabe que essas empresas são responsáveis, porque elas são responsáveis, porque elas que contratam, elas que fazem a terceirização e usam as terceirizações como mecanismo de intensificação da superexploração e aceitam que essa superexploração chegue ao ponto de estabelecer relações de trabalho análogas à escravidão. A lógica a favor da superexploração é tão pesada, tão intensa, que esses grandes empresários aceitam uma condição em que os trabalhadores, que lhes garantem a lucratividade, estejam numa situação análoga à escravidão e que só tenham saído dela porque conseguiram, alguns deles, fugir e entrar em contato com a polícia, como muito bem disse o nosso líder, Ver. Pedro Ruas, ainda os tratou com violência. Então, é um escândalo atrás do outro.

E essas vinícolas, não são todas, são as mais fortes da região – Salton, Aurora e Garibaldi. As três empresas capitalistas mais fortes da região, razão pela qual eu acho, por sinal, Ver. Oliboni, que é preciso, sim, nessa região da Serra, incentivar a pequena produção, os pequenos empreendimentos, porque os pequenos empreendimentos não têm essa conivência com o crime, porque é disso que se trata. E os políticos da região precisam também dar uma resposta. Eu hoje escutei, Ver. Pedro Ruas, que o presidente da Câmara de Caxias disse que o Ver. Sandro Fantinel não precisa pedir desculpas pelo que ele falou na tribuna. Eu até concordo, eu não quero as desculpas desse vereador. Eu quero que esse vereador seja preso, porque ele atuou como criminoso na tribuna, e nós, do PSOL, entramos com uma ação, no dia de hoje, demandando o Ministério Público que investigue o caso. Eu não tenho a menor dúvida que foi um caso de flagrante delito, crime de racismo, cuja realização dele na tribuna não o isenta do crime, porque, no crime de racismo, no discurso de ódio, ele não tem nenhuma imunidade parlamentar. E é a gravíssimo! Os empresários, eu considero que os donos da Aurora, da Salton, da Garibaldi teriam que ser os primeiros a se manifestarem em relação a um político como esse. É um político desse tipo que tenta organizar a base social do apoio a superexploração do trabalho, que tenta organizar a base social que apoia essas condições de trabalho análogo à escravidão, que consideram que isso não é crime, que

consideram que isso é um detalhe. Nós não podemos aceitar que isso seja naturalizado. Ainda que, inclusive, a gente não saiba se isso, com muito bem disse o Ver. Pedro Ruas, é a ponta do *iceberg* ou o *iceberg* inteiro. Nós não sabemos por quantos anos essas vinícolas lucraram superexplorando os trabalhadores.

Além do mais, esse Sandro Fantinel, vereador criminoso que tem em Caxias do Sul, que eu espero que seja preso, disse algo muito sintomático do tipo de raciocínio que essa gente tem. Ele disse assim: "Não vamos nos preocupar com os baianos, falem comigo e vamos contratar os argentinos." Sabe que nós devemos pensar e talvez investigar se os argentinos não estão sendo tratados como os baianos por essas vinícolas, porque, se esse vereador diz "com os argentinos não vai ter problema", ele, de uma certa forma, está dizendo que os argentinos podem trabalhar em condições análogas à escravidão, que eles não vão fugir. Qual é o raciocínio para explicar uma frase dessas?

Nós estamos num quadro em que a Câmara dos Vereadores de Porto Alegre necessita aprovar essa moção, é uma moção muito importante, é o assunto da Ordem do Dia, um assunto que é nacional, um assunto que envergonha o Rio Grande do Sul, mas que deve, sim, ser útil para dividir águas em nosso Estado: aqueles que não aceitam a superexploração, aqueles que não aceitam o desrespeito, a xenofobia, o racismo e aqueles que ou são racistas, xenófobos, ou são cumplices dessa situação, e a cumplicidade, nesse caso, também é crime. Por isso que o PSOL e a oposição têm o encaminhamento em relação a isso, que é aprovar a moção apresentada. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 035/23.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que está acompanhando a nossa sessão nesta tarde. É claro que nós nos somamos à moção apresentada pelo colega Ver. Jonas, subscrita por todos nós vereadores da oposição, sobre esse caso

considerado tão grave e desproporcional à dura realidade que nós estamos enfrentando Brasil afora.

Nós percebemos, agora, no dia 22 de fevereiro, surpreendidos que aqui no Rio Grande do Sul havia uma denúncia de 198 trabalhadores, hoje já chegando a 207, que estavam em condições análogas à escravidão. Afinal de contas quem foi que trouxe esses trabalhadores para trabalhar nas vinícolas aqui do Rio Grande do Sul? Quem foi que trouxe? Um cidadão que representava uma empresa chamada Fênix, que prometeu a esses trabalhadores, além de refeição, estadia, mais de R$ 3 mil ao mês. E olha o que aconteceu? O contrário disso; ganhavam bem menos, e tudo o que eles necessitavam no seu dia a dia, para higiene pessoal, alimentação, era descontado do seu salário. E aqueles que reclamavam sofriam violência, inclusive agora estão dizendo que até a polícia militar está envolvida nisso. Mas onde nós estamos? O Ministério do Trabalho tem que fazer uma averiguação geral agora, não só nessas empresas que, na verdade, terceirizam serviços para ofertar às vinícolas e a outras empresas, porque pode estar acontecendo, no Rio Grande do Sul, em vários estados do Brasil, esta questão do trabalho análogo à escravidão. E olha que só foi possível conseguir detectar isso porque dois trabalhadores fugiram do local de trabalho para fazer a denúncia.

Então, é lamentável que isso aconteça aqui no Rio Grande do Sul, que poderia ser um exemplo, como já foi esse segmento da uva, do vinho, premiado em nível nacional, internacional, e que agora, por uma questão natural, essas empresas serão penalizadas. Inclusive alguns projetos, em nível de Assembleia Legislativa, já estão tramitando, se eu não me engano, um deles é do nosso ex-colega, deputado estadual Leonel Radde, que condiciona que essas empresas, já comprovadas de trabalho análogo ao escravo, não participem mais de licitações, de refinanciamento do seu produto, e mais do que isso, sejam impedidas de participar de feiras internacionais e nacionais. Olha o problema que vão enfrentar! Então, é nesse aspecto que nós nos indignamos. Mais do que isso, vamos registrar aqui este vereador de Caxias do Sul, Sandro Fantinel, que acabou fazendo uma declaração absurda em que ele diz: “Com os baianos, na única cultura que eles têm, que é viver na praia, tocando tambor, era normal que

fosse ter esse tipo de problema". Logo adiante ele diz de novo: *"Agora o patrão vai ter que pagar empregada para fazer a limpeza todo dia, para os bonitos também. Temos que botar eles em hotel cinco estrelas para não ter problemas com o Ministério do Trabalho".* Vejam como pensam essas pessoas. Lamentavelmente, deveria ser incluído na nota de repúdio, nessa moção, esse vereador que, com certeza, sofrerá um processo de cassação na sua cidade. Muito obrigado. Estaremos juntos aprovando a moção. Um abraço.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 035/23.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Boa tarde, Presidente Hamilton, subo à tribuna por causa da moção e quero fazer algumas considerações aqui. O Rio Grande do Sul, o Brasil, o governador, todo mundo está indignado com o que esse vereador de Caxias falou sobre esse caso, mas eu tenho que fazer algumas considerações sobre o texto da moção. Por que eu vou fazer essa consideração? Porque eu votarei a favor da moção, e quero dizer isso ao autor, o Ver. Jonas, eu votar a favor da moção, mas o texto poderia ter sido escrito um pouco diferente para que outros vereadores pudessem votar a favor, porque a moção tem o seguinte texto: "Moção de repúdio à situação análoga ao trabalho escravo em Bento Gonçalves". Parece que o trabalho escravo em Bento Gonçalves... não há uma limitação dizendo que é um episódio referente à data tal. E na nossa folha que está aqui para votação, ficou até um pouco pior, porque está escrito "Moção de repúdio à situação análoga ao trabalho escravo em atividades relacionadas à cultura da uva e do vinho no município de Bento Gonçalves", como se tudo relacionado à cultura da uva e do vinho, lá, fosse análogo à escravidão.
Então, está muito aberto, votarei a favor, porque nós da Malucos do Bem não damos nenhum tipo de guarida, margem, interpretação para qualquer tipo de preconceito, para qualquer tipo de escravidão, para qualquer tipo de atrocidade, como a que ocorreu lá nesse caso específico. Mas também não queremos

generalizar e dizer que todos os produtores, que todo o trabalho feito na uva e no vinho... E quero dizer o seguinte: algumas pessoas sobem aqui e tratam tudo como empresa. Essa prestação de serviço também atendia a cooperativas; veja bem, cooperativas de pequenos produtores de uva. Então, não é assim, dizer: ah, os empresários... Está muito... como tudo no Brasil, muito ideologicamente, virando para uma briga genérica. Votarei a favor por compromisso de combater qualquer tipo de preconceito. Mas quero dizer o seguinte: ontem tivemos um vereador, em Canoas, sendo preconceituoso e sendo homofóbico; tivemos, em Santa Maria, um empresário questionando a qualidade do sangue doado, por questões de opção e orientação sexual – altíssimo preconceito –, e a gente não ouve nenhum tipo de crítica a esses casos. Eu quero fazer esse registro aqui ao autor, votarei favorável, mas vamos cuidar sempre os textos das monções para que a generalização não cause injustiças. Obrigado, Presidente.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.ª Mari Pimentel está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 035/23.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores, público que nos acompanha. Vou encaminhar então o voto do Partido NOVO. Nós votaremos também favoráveis à moção, pois não é possível pensar que em pleno séc. XXI a gente se depare com situações como essa. Repudiamos totalmente essa situação que nós vimos em Bento Gonçalves, mas, como disse o Ver. Moisés Maluco do Bem, nós não podemos considerar que todo produtor, dos 1.300 produtores de Bento Gonçalves, possa se enquadrar nessa moção. Por isso nós votaremos favoráveis, mas encaminho aqui que a generalização e a polarização de todas as pautas que estamos vendo, que são sim situações de deixar um nó na barriga, a gente não pode pensar que devem ser generalizadas.
Gostaria de reforçar a tristeza que nós vemos num Parlamento, na situação do vereador de Caxias do Sul, e que isso também deve ser repudiado, mas também a situação de lacrar nas redes sociais e generalizar, por parte de alguns partidos,

nós consideramos não produtivo para a construção que esse tema deve ter. Ao generalizarmos a terceirização, nós estamos generalizando importantes empreendedores, nós estamos generalizando cooperativas e por isso o voto contrário do partido NOVO, quando generaliza, mas votamos favoráveis à moção, tendo em vista a situação do trabalho escravo, que deve ser devidamente investigado. Devemos devidamente investigar se teve qualquer situação de uma não atuação correta da Polícia Militar também e de qualquer outra pessoa que ficou sabendo da situação e se omitiu diante da sua função que exerce profissionalmente. Então encaminho voto favorável do partido NOVO. Obrigada.
(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 035/23.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Eu queria reafirmar o que eu já havia falado, nós não podemos, em hipótese nenhuma, permitir que ocorra esse tipo de trabalho, esse tipo de ataque à produtividade, esse tipo de ataque aos trabalhadores, esse tipo de ataque que ataca a cadeia do vinho no Rio Grande do Sul. Essas empresas têm que ser punidas, essas empresas têm que indenizar essas pessoas e isso tem que ser amplamente divulgado, mas fiscalizado no nosso Estado. Volto a reafirmar, não é só na questão de duas, três vinícolas, esses fatos ocorrem em várias safras e entressafras, esses fatos ocorrem em alguns setores e segmentos. Então é importante que esse tema venha à discussão, mas mais importante ainda é que a gente comece a olhar com outros olhos temas de somente procurar diminuir custo, somente procurar diminuir o valor que custa um trabalhador, precarizando esse trabalho, e não irmos a fundo nas coisas que geralmente dificultam a vida das empresas, dificultam a vida dos trabalhadores. A alta carga tributária que nós temos neste país, onde se trabalha meio ano para pagar impostos. O custo que tem um salário de um trabalhador que não vai para bolso desse trabalhador, isso vai para o bolso do governo. Os trabalhadores não recebem isso. A pessoa paga sobre isso, e agora com a

correção do salário para R$ 2.300,00, a pessoa paga 7,5% de Imposto de Renda. As pessoas pagam 27,5% de Imposto de Renda; se faz uma hora extra, paga Imposto de Renda, se recebe um tíquete- alimentação, paga Imposto de Renda, se ganha um aumento, daqui a pouco o seu salário muda de faixa, o aumento é diluído, e se começa a pagar Imposto de Renda mensalmente. Então essas questões também nós temos que discutir. O que leva à precarização? O que leva as empresas a terceirizar e burlar a lei?

Eu acho que se abre um espaço importante para esse tema, um espaço importante para se discutir isso. O governo federal está implementando um grupo de trabalho para discutir as questões de geração de emprego e renda, agora enquanto não enfrentar a questão tributária, nós não vamos enfrentar outra questão nenhuma, nem reforma política, nem reforma social, enquanto nós não discutirmos e refazermos uma reforma fiscal. Não a que estão falando aí, que vai continuar tirando dinheiro dos municípios, que vai continuar precarizando as entregas dos municípios e detendo mais recursos na União. Nós queremos discutir ao contrário, que fiquem mais recursos nas cidades, que fiquem mais recursos no bolso dos municípios, mas principalmente que fiquem mais recursos no bolso das pessoas. Já está comprovado que o que gera emprego, que gera renda, que melhora a qualidade de vida das pessoas é o consumo, é o giro desse recurso dentro do município, e não esses recursos indo para fora.

Então, nós encaminhamos a favor da moção, somos contrários a qualquer ato de crime contra o trabalho e esperamos que isso seja a ponta do *iceberg* para começar a resolver algumas questões estruturais no mundo do trabalho. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o Requerimento nº 035/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 28 votos **SIM**. Parabéns, Ver. Jonas Reis.

(17h47min) Encerrada a Ordem do Dia.

O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos! Vou falar sobre um tema que parecia ter sido extinto no governo até pouco tempo atrás e agora voltou a acontecer. Milagrosamente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra ressurgiu das cinzas e voltou a invadir terras produtivas no nosso País. Estou aqui com uma notícia da GZH, falando de uma invasão organizada que aconteceu recentemente no estado da Bahia, onde 1.700 trabalhadores sem-terra invadiram fazendas produtivas da empresa Suzano, que trabalha com celulose para a indústria alimentícia e para a questão de papelaria. Lembro que o Presidente Lula falou em campanha que o MST não invadia terras produtivas e a intenção do movimento era demonstrar o quanto existiam terras improdutivas no nosso País. Parece contraditório que, em pouco menos de dois meses após a tomada do governo pelo Partido dos Trabalhadores, comecem movimentos organizados de ocupação de terras produtivas no nosso País. Isso aqui é a prova de que existe alguma leniência do governo federal para com esse movimento que se diz dos trabalhadores, mas que, durante o governo Bolsonaro, não invadiu terras no nosso País. Eu queria entender o que aconteceu ao longo dos últimos quatro anos que esse pessoal que era trabalhador sem-terra não está invadindo terra e agora, com a volta do PT ao poder, voltou a invadir. A Polícia Militar do estado da Bahia está comunicando que a maior parte das pessoas que invadiram as terras lá, no estado da Bahia, são mulheres. E a gente fica se perguntando por que que o MST usa a tática, a técnica de utilizar mulheres para fazer essa invasão. Obviamente é que, caso tenha resistência dos proprietários ou mesmo da Polícia Militar, que faria a expulsão dos invasores, o que apareceria na foto? Mulheres sendo agredidas por policiais. Então, na verdade, existe uma técnica por trás, toda uma tática de operações psicológicas, de modo a gerar uma narrativa sobre a invasão, de modo a fazer parecer que os culpados são os produtores, quando, na verdade, existe uma certa leniência, uma certa cumplicidade por parte do governo federal para com essas invasões. A empresa responsável que é a Suzano mencionou que já entrou na justiça, pedindo a retomada das terras que foram invadidas ilegalmente por esse pessoal, mas o interessante é que o MST informou que vai continuar com as invasões sob o lema de que o agronegócio lucra com a fome e com a violência, por terra, por

democracia e mulheres em resistência. Ou seja, eles já deixaram aqui psicografada, inclusive, no seu *slogan,* colocado no *site* do MST, que eles vão usar a técnica de utilizar-se de mulheres para fazerem essas invasões, para gerar a narrativa de que mulheres estão sendo agredidas, de que mulheres estão sendo proibidas de produzir. Nós ouvimos muito durante, inclusive, a campanha eleitoral que o MST era o maior produtor de arroz orgânico da América Latina. Pode ser verdade, mas a questão é: como é que fazem isso? Fazem ocupando fazenda produtiva? Isso aí não é justo, porque a pessoa que está ocupando de maneira legal está sendo punida por invasores ilegais. Eu queria lembrar todos que estão nos acompanhando que, durante o governo Bolsonaro, os ocupantes de terra do MST receberam a maior titulação da história do Brasil, ou seja, durante o governo Bolsonaro, as pessoas que eram sem-terra, mas trabalhavam na terra, elas receberam o título de propriedade da terra que ocupavam. E por que os governos Lula e Dilma não quiseram dar a propriedade para esses agricultores sem-terra? Porque enquanto eles não tinham a terra, eles eram usados como massa de manobra para outras invasões. Os trabalhadores que não tinham terra passaram a ter terra no governo Bolsonaro e assim deixaram de ser massa de manobra desse pessoal. Então agora o governo Lula está desesperado, tentando voltar a fazer a sua base e prometendo terra a partir de invasões, e nós que somos produtores, somos apoiadores de produtores, não concordamos com isso. Obrigado, Presidente.
(Não revisado pelo orador.)

Vereador Pedro Ruas: Só um convite a V. Exa. e aos colegas também. É que a foto de Porto Alegre será exposta a partir do final da sessão, assim que terminar a sessão, aqui no espaço T cultural – Espaço Vereadora Teresa Franco –, bem em frente aqui ao plenário, de uma artista conhecida e reconhecida. Então, fazer o convite: compareçam!

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver. Pedro Ruas, feito o convite a todos os colegas vereadores para essa mostra.
O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, eu venho até esta tribuna indignado com a situação da iluminação pública da capital. Eu quero que vocês vejam com os seus próprios olhos uma situação aqui na frente da Câmara de Vereadores, que eu captei ontem. Na frente da Câmara de Vereadores! Observem! Escuridão total, a lâmpada da rua – que não é uma só, são várias –, apagada, totalmente apagada – e eu gravei isso. E aí, quando eu vi, do outro lado da rua uma lâmpada, não uma, duas, em curto-circuito, é a nova boate a céu aberto que o Sebastião Melo inaugurou. Sim, ele inova, ele diz que a cidade é da inovação, inovou! Só faltou, sabem o quê? A gente levar um rádio e instalar lá embaixo, na praça, para ter uma festa, ter alegria. O prefeito proporciona alegria, porque ele não fiscaliza a iluminação pública. Aí eles fizeram a PPP da iluminação pública, o dinheiro vai direto para uma empresa, para isto: a lâmpada estava apagada aqui, na frente da Câmara de Vereadores, nas nossas fuças, de 36 vereadores, é um deboche do prefeito Melo conosco, porque somos fiscalizadores do serviço público. Lâmpada apagada, a outra em curto, e não só isso, o ônibus passou na hora – isso em um minuto e meio –, parou numa parada totalmente escura, na frente do famoso Chocolatão, a Receita Federal. Então, na frente da Câmara de Vereadores, que é o Poder fiscalizador, o prefeito debocha de nós. E criou a chamada, que eu denominei assim, boate a céu aberto, só faltaram a música e as pessoas; ele não comunicou à população. Estou comunicando: está lá o pisca-pisca do Sebastião Melo. E eles dizem: “Privatiza que melhora”. Privatizaram a iluminação e está aí, eles diziam: “Eles vão trocar a lâmpada na hora, vai melhorar, muda, porque o privado trabalha e o público não”. E aí o governo não consegue sequer fiscalizar uma empresa. Se na zona central está assim, convido vocês a olharem a zonas periféricas da cidade, onde as paradas estão totalmente às escuras. Nem a parada, nem a lâmpada de cima da parada, quem quiser ver o vídeo inteiro, está nas minhas redes sociais, no Instagram, está lá a lâmpada em cima da parada apagada, e não é a primeira vez, gente; há dias, eu denunciei essa mesma parada, na frente da Câmara. Isso é uma sinalização péssima, o governo vai mal.

Mas eu quero mostrar outro dado para vocês, da educação. Eu tenho cobrado periodicamente que a secretária de Educação comece a trabalhar, ir às escolas. Vocês sabem o que aconteceu na semana passada? Uma trabalhadora lá da Escola Carlos Pessoa de Brum foi violentada. Perguntem se a secretária foi lá? Não foi! Cadê o acolhimento, cadê o respeito ao servidor público que está lá fazendo o Estado funcionar na ponta, no posto de saúde, na escola? Não foi! É uma coisa banal para ela. Tem que ter respeito pelo servidor, tem que acolher. Um caso de polícia e a secretária trata como qualquer caso. Que vergonha! Já é o terceiro caso na escola, e ela nem uma vez foi visitar.

E quero mostrar as fotos para vocês. (Projeção de imagens no telão.) Essa é a situação de mais de 30 escolas hoje em Porto Alegre; e já começaram as aulas. Vocês sabiam que há surtos de escorpião em várias regiões da cidade? E é nesses matos que eles se embrenham? Sim! Lá, nas escolas municipais, onde estudam muitos filhos, parentes e vizinhos, o governo começou as aulas, mas não fez a poda da grama. É! Acreditem se puderem. Porque, com R$ 516 milhões em caixa, desde o ano passado que o secretário Fantinel diz “superávit”, “temos dinheiro” – só não tem trabalho, não tem gestão. E a secretária ainda disse assim para os diretores: “Não programem a poda porque eu vou fazer.” Até agora não fez, não botou ninguém lá, e as aulas já começaram, e os bichos estão espalhados pelo pátio. E como é que fica a criança pequena? À mercê dos animais peçonhentos que se embrenham no mato.

Então, gente, eu falo com conhecimento de causa, eu sou professor, nunca antes nós vimos não ter a poda das gramas das escolas antes de começar o ano letivo. Secretária Sônia está indo de mal a pior. Abra o olho, prefeito Melo! Abra o olho, porque eu acho que tu tens inimigo na trincheira.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Moisés Maluco do Bem reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito boa tarde, Presidente Moisés; na pessoa de V. Exa., cumprimento os demais vereadores e vereadoras; público que nos assiste das galerias, pela TVCâmara; Ver. Conselheiro Marcelo; quero fazer uma saudação. Hoje, em reunião de lideranças, quero fazer um agradecimento aqui à sensibilidade da unanimidade dos líderes, fizemos um acordo para fazermos uma relatoria conjunta por assinatura do projeto de lei de minha autoria que traz avanços que eu entendo oportunos e importantes para as eleições do Conselho Tutelar. Já assumi um compromisso com o Ver. Conselheiro Marcelo, junto com a comissão, e amanhã estaremos ouvindo a opinião dos atuais conselheiros tutelares, porque a lei complementar e o art. 133 do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente – assim remetem para a lei municipal estabelecer o regramento. Então, eu acredito que é oportuno e importante que a gente possa analisar e avaliar essa iniciativa que tem por objetivo permitir que os conselheiros tutelares que tenham exercido pelo menos um ano de mandato, que eles não sejam submetidos à prova e nem ao teste de horas de comprovação de serviço prestado. Porque se já tem um ano de serviço prestado às crianças e aos adolescentes em Porto Alegre, na realidade, já estariam aptos a dar sequência ao seu trabalho, se assim as urnas conferirem um novo mandato aos que fossem candidatos à reeleição ou aqueles que porventura, mesmo não estando no mandato, por já terem exercido em outras oportunidades a função de conselheiro tutelar. Nós estaríamos assim fazendo um reconhecimento às pessoas que já têm, digamos assim, uma caminhada e um conhecimento, de que elas estariam aptas a fazer um bom trabalho, zelando pelas nossas crianças e adolescentes. Então, vamos lá amanhã, assumir esse compromisso aqui da tribuna, em nome da liderança do nosso partido, porque essa é uma pauta muito relevante, muito importante e diz respeito ao zelo e ao cuidado das nossas crianças e adolescentes. A eleição já está marcada pela própria legislação, porque é no primeiro domingo de outubro. Quanto a isso não há que se fazer nenhum ajuste, mas como há a previsão, já publicada no Diário Oficial do Município, de que as regras e o edital devem ser publicados dia 31 de março, se a compreensão desta Casa for do aperfeiçoamento da legislação para esse novo regramento, nós precisamos acelerar um pouco processo, senão não

vai dar tempo. Depois que for publicado o edital, não dá mais tempo; ou a gente faz a alteração da legislação dentro do mês de março, o quanto antes possível, se assim o colegiado da Casa entender, para o bem da cidade, para o bem da coletividade, em favor da qualificação daqueles que estão à frente dos nossos conselhos tutelares em Porto Alegre, e a gente avança com essa legislação. Ou, caso não seja esse o entendimento, pelo menos com relação a condições de votar o projeto e deixá-lo em condições de ser apreciado pelo plenário, em fazendo a conjunta por assinatura, nós vamos conseguir cumprir essa etapa da formalidade que nos impõem o regramento e o Regimento da Casa. Então, peço a sensibilidade, agradeço aqui a parceria do Conselheiro Marcelo, sei que o Cassiá vai estar junto amanhã e os demais membros da comissão, que a gente passa ouvir os atuais representantes e, quem sabe, dar essa contribuição para o debate.

Com relação também à composição da comissão do Plano Diretor, que se avizinha uma sugestão do Executivo em aumentar de cinco para sete relatorias, as pautas e a temática do Plano Diretor, sugerindo uma alteração regimental, quero me pronunciar aqui favorável. Eu acho que hoje nós temos uma cidade com uma outra dimensão, hoje a ciclovia está presente, esses debates em torno da orla, enfim. Nós temos já as cinco relatorias, e acredito que mais duas relatorias nos permitem aprofundar o debate, especificamente, em mais alguns temas. Como não é oficial ainda, não é o caso de a gente entrar no detalhe a respeito do que será desmembrado, quais serão as relatorias. Até já se pensou, em outras oportunidades, de aumentar, inclusive, as Comissões Permanentes da Casa, mas, com relação a isso, acho que não tivemos acordo. Agora, nós permitirmos que se tenha sete relatorias para o Plano Diretor, acho que é para o bem da cidade. Então, fica aí já o meu indicativo favorável.

Também quero acompanhar a Ver.ª Cláudia, que se manifestou de maneira contundente na reunião, junto com o Ver. Janta e outros. Acredito que todos os partidos devem estar representados na revisão do Plano Diretor, na comissão. E, em sendo protocolado o bloco que foi apresentado hoje, pelo meu entendimento, o único vereador que ficaria de fora seria o Ver. Claudio Janta. Então, acho que nós temos que fazer uma consertação aqui e ver de que forma

nós podemos incluir todas as representações para darem a sua opinião e a sua contribuição junto a essa comissão. Essas são as nossas considerações. Pela atenção, muito obrigado, Presidente.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Passamos à

PAUTA

Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.
Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h05min.)